



MINISTÉRIO PÚBLICO

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

2016 A 2020

MINISTÉRIO PÚBLICO, EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA - 2016 A 2020

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça

ORGANIZAÇÃO

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Raimundo Nonato Leite Filho
Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
Chefe de Gabinete da PGJ

COLABORAÇÕES

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura

Coordenadoria de Serviços Gerais

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Administração

PROJETO GRÁFICO

Coordenadoria de Comunicação

REVISÃO

José Luis Diniz

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
End.: Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau
CEP.: 65076-820, São Luís - Maranhão
Tel.: (98) 3219 1600 | Site.: www.mpma.mp.br

APRESENTAÇÃO



Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador Geral de Justiça

A partir de 2016, o Ministério Público do Maranhão tem priorizado os investimentos em sua estrutura física, em consonância com o planejamento estratégico da instituição, que prevê a melhoria das suas instalações e do parque tecnológico como instrumentos essenciais para propiciar o melhor desempenho da atividade finalística.

Para tanto, foi necessário criar os mecanismos administrativos que viabilizassem atingir essa meta. Assim é que, a partir de 2013, o Ministério Público do Maranhão promoveu várias e importantes alterações em sua estrutura, incrementando o setor de Licitação, implantando uma Assessoria Jurídica e outra técnica específica para assuntos administrativos e expandiu consideravelmente a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, dotando-a de vários novos servidores com as diversas especializações necessárias que atualmente permitem o desenvolvimento integral de um projeto, desde a parte arquitetônica até todos os projetos complementares necessários, além de comparamos o nosso preço-padrão, atrelado aos indicadores oficialmente aceitos, usando insumos de primeira qualidade e evitando surpresas nos processos licitatórios.

Deste modo, após a definição de projetos básicos para os vários tipos de promotorias de acordo com a necessidade e demanda, aliada às dimensões do terreno disponível para a construção nas diversas localidades, pudemos dar início a um amplo programa de construções e reformas completas, de norte a sul, leste a oeste do Estado, que efetivamente deram um novo aspecto ao Ministério Público do Maranhão, hoje conhecido por possuir sedes amplas, modernas, confortáveis e totalmente acessíveis aos mais diferentes tipos de necessidades.

Com efeito, como se verá adiante, entre novas construções e reformas comple-

tas, ou sedes construídas por particulares, para serem locadas à instituição, desde 2016 são cerca de 54 novas instalações entregues à população e aos membros e servidores do Ministério Público, em muitos casos abrangendo toda uma região, como a dos cocais (Coroatá, Codó, Caxias, Timon, Coelho Neto, Parnarama e Matões) onde todas as sedes são novas. Esse número é tão expressivo que corresponde a mais da metade das comarcas existentes no Estado. Mas, além disso, devido a um programa completo de manutenção predial preventiva (com periodicidade anual) e corretiva (para os casos emergenciais), que atende a todo o Estado de forma regionalizada, todas as sedes do MPMA sofreram algum tipo de intervenção nos últimos quatro anos.

Apesar do cenário de crise e limitação de recursos, conseguimos avançar muito na melhoria das estruturas físicas, pois sempre entendemos que boas instalações prédiais refletem na melhoria dos serviços prestados e na dignificação do cidadão que procura o Ministério Público.

Hoje, graças a todo o esforço coletivo, estamos entre as unidades do Ministério Público brasileiro reconhecidas como tendo uma das melhores estruturas físicas, e objetivamente entre as maiores em número de sedes próprias, de acordo com os dados do Conselho Nacional do Ministério Público, sendo que desde 2016 não há mais promotorias de justiça localizadas no interior dos fóruns, situação que era a regra local no início da década de 2010.

Nas páginas seguintes de forma pormenorizada, as inúmeras obras e realizações que muito nos estimularam. Compartilhamos nossas conquistas com toda a minha equipe, membros e servidores, que juntos se mostraram motivados pela melhoria de nossa atuação institucional.

SUMÁRIO

1 EVOLUÇÃO ESTRUTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	5
2 ESTRUTURAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	11
SEDES PRÓPRIAS CONSTRUÍDAS	12
DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IMPERATRIZ	16
DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CODÓ	29
DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BARRA DO CORDA	33
SEDES PRÓPRIAS COM CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	36
SEDES PRÓPRIAS REFORMADAS E AMPLIADAS	52
DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL	56
SEDES LOCADAS (Reformadas pelo Ministério Público)	67
SEDES LOCADAS (Reformadas pelo Proprietário)	76
3 ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MP	82
SEDE DA PROCURADORIA	82
GABINETE MÉDICO	84
ESPAÇO LABORAL	85
CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO	86
MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	88
DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MPMA	90
4 MINISTÉRIO PÚBLICO DO FUTURO	93
ANEXO DA SEDE DAS PROMOTORIAS DA CAPITAL	93
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA (PROMOTORIAS DA CAPITAL)	95
ESPAÇO ECUMÊNICO	96

EVOLUÇÃO ESTRUTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Fórum da Rua da Formosa 1891 - 1948



Fórum Clóvis Beviláqua, Praça Pedro II, onde
funcionou a PGJ por 12 anos.(1948 -1979)



Procuradoria Geral de Justiça, na Rua do Egito, 1979-1994.

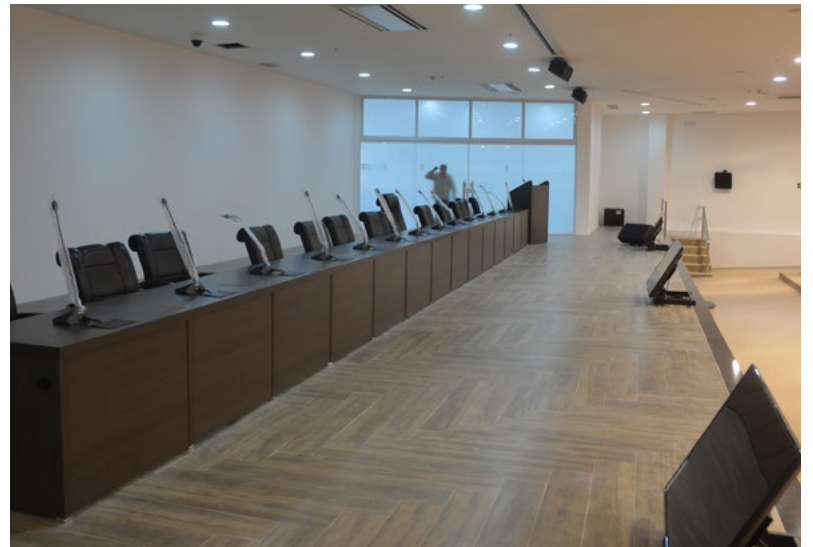


Procuradoria Geral de Justiça, na Rua Osvaldo Cruz, 1994-2016.

SEDE ATUAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



Nova Sede da PGJ, na Av. Prof. Carlos Cunha, inaugurada em 10 de junho de 2016.





PROJETO ARQUITETONICO DA SEDE DAS
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IMPERATRIZ

ESTRUTURAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA
PRÓPRIAS **CONSTRUÍDAS** ENTRE 2016 E 2020

12

SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA PRÓPRIAS
COM **CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO**

14

SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA PRÓPRIAS
REFORMADAS E AMPLIADAS ENTRE 2016 E 2020

8

SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA LOCADAS
(**REFORMADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO**)
ENTRE 2016 E 2020

28

SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA LOCADAS
(**REFORMADAS PELO PROPRIETÁRIO**) ENTRE
2016 E 2020

7

SEDES PRÓPRIAS CONSTRUÍDAS



12 sedes próprias de Promotorias de Justiça foram construídas pelo MPMA no período de 2016 a 2020, e entregues à sociedade.

IMPERATRIZ	6/12/2016	R\$ 8.956.768,88
VITORINO FREIRE	14/12/2017	R\$ 724.312,90
MATÕES	22/11/2018	R\$ 897.398,13
ROSÁRIO	26/02/2019	R\$ 756.430,53
JOÃO LISBOA	22/04/2019	R\$ 806.344,89
SANTA HELENA	6/05/2019	R\$ 731.051,49
CODÓ	23/05/2019	R\$ 1.647.837,52
TIMON	24/05/2019	R\$ 2.541.727,59
COELHO NETO	12/06/2019	R\$ 1.128.154,60
CAXIAS	23/11/2019	R\$ 2.647.355,42
GOVERNADOR NUNES FREIRE	4/12/2019	R\$ 912.957,92
BARRA DO CORDA	17/11/2019	R\$ 915.793,50
COMARCA	INAUGURADA	CUSTO DA OBRA



Estrutura Antiga

Promotorias de Justiça de IMPERATRIZ

(6 de dezembro 2016)

A nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz foi inaugurada em 6 de dezembro de 2016. A prédio fica localizado na Avenida Perimetral José Felipe do Nascimento, Qd.21, Residencial Kubitschek.

A construção, a cargo da Engepec – Engenharia Gerenciamento e Planejamento de Construções, teve um custo de R\$ 9.575.429,52. Os recursos foram originados do Fundo Especial do Ministério Público (Femp).

Com uma área construída de 3.827,97 m², o prédio abriga todas as 20 Promotorias de Justiça de Imperatriz, mas o projeto do edifício possui espaço para 35 promotorias.

A sede tem quatro pavimentos, com as dependências adaptadas para pessoas com deficiência. Constam, ainda, dois elevadores; estacionamentos externo (com 42 vagas) e privativo (com 55 vagas) e auditório com 117 lugares. O prédio também possui refeitório, sala de capacitação, sala de videoconferência, sala de depoimento, dentre outras dependências.



Estrutura Atual



- DISCURSO DE INAUGURAÇÃO -

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IMPERATRIZ

(6 de Dezembro 2016)

Há um antigo dito popular que estabelece: “povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no futuro, os mesmos erros do passado”.

Registra a história que, ainda em fins do século XVI e início do século XVII, pela pioneira iniciativa dos holandeses puritanos, partindo de São Paulo, formou-se o embrião daquela que seria conhecida, quatro séculos mais tarde, como o “Portal da Amazônia”. Os adeptos da Igreja Cristã Reformada se estabeleceram no Brasil durante a invasão de Pernambuco e depois se espalharam por todo o território, mesmo depois da expulsão dos flamencos, muito por força da Companhia das Índias Ocidentais. Esses aventureiros buscavam, nos confins do Norte, a riqueza, o desconhecido e a aventura, por meio das entradas, movimento que seguia rumo oposto ao das bandeiras, posto que partiam da foz dos rios buscando a sua nascente.

Posteriormente, em 1640, ocorreu em São Paulo o movimento denominado a “botada dos padres fora” para expulsar os padres da Sociedade de Jesus do Colégio de São Paulo. Os jesuítas acabaram expulsos do Colégio em São Paulo a 13 de julho por pretenderem ver obedecido o breve do Papa sobre a liberdade dos índios. Ficaram 13 anos no exílio, sendo colégio e igreja danificados. Era vigário de São Paulo o ex-jesuíta Padre Manuel Nunes, que muito rixou com a Câmara por

defender veementemente seus irmãos de roupeta, defendendo o primado da dignidade humana dos indígenas.

Pois bem, esse religioso, Padre Manuel Nunes, juntamente com o não menos célebre Padre Francisco Velloso, em expedição comandada pelo cabo Bento Maciel Parente, partiram em 1657, de São Luís do Maranhão, em direção ao coração da Amazônia. Os dois religiosos, contemporâneos e convidadas do Padre Antônio Vieira, no Maranhão, no ano de 1658, capitanearam a entrada naquela que é reconhecida como a primeira utilização do sítio onde está localizada a cidade de Imperatriz.

Não é nova, portanto, a profunda ligação da comunidade desta cidade com os assuntos de fé e religiosidade.

Nesse sentido, saiu do Porto de Belém, em 26 de junho de 1849, uma expedição que tinha no Frei Manuel Procópio do Coração de Leão, o seu capelão. Três anos depois desse episódio, em 16 de julho de 1852, o Frei Manuel Procópio fundou a povoação, que recebeu inicialmente o nome oficial de Povoação de Santa Teresa do Tocantins, exatamente onde floresce notavelmente a cidade de Imperatriz, devota, desde suas origens, à bendita Santa Teresa D’Ávila, sua padroeira.

Quatro anos mais tarde, em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, foi criada a Vila de Imperatriz, na data de

27 de agosto de 1856. A vila ficava em grande isolamento, o que não mudou com sua elevação à categoria de cidade em 1º de abril de 1924, no governo Godofredo Mendes Viana.

Mas, em 1953, com a construção de uma estrada que a ligou ao Município de Grajaú, possibilitando o acesso à capital do Estado, São Luís, e ao restante do Nordeste brasileiro, o município de Imperatriz passou a experimentar uma vertiginosa ascensão. Para que se possa mensurar este crescimento, de acordo com o recenseamento do IBGE de 1950, Imperatriz tinha apenas 5.015 habitantes, dos quais 3863 se encontravam na zona rural.

Naquela época, contavam-se nos dedos de uma mão o número de estabelecimentos comerciais varejistas. A cidade contava ainda, com apenas dois dentistas, onze unidades escolares, sendo sete do ensino fundamental comum, três do fundamental supletivo e uma de ensino complementar, com destaque para o Educandário Santa Terezinha, atual Escola Santa Terezinha, que foi a primeira escola a funcionar regularmente no município. Havia um único advogado em exercício, uma agência postal telegráfica e apenas um caminhão registrado na Prefeitura Municipal.

Mas com a iniciativa do Presidente Juscelino Kubistchek para a construção da rodovia Belém-Brasília, a partir de

1958, Imperatriz passou a experimentar um acelerado e vertical crescimento socioeconômico, consolidando-se como a segunda cidade mais populosa do Estado, com 253.873 habitantes e sendo a sede da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense e da Região de Planejamento do Tocantins, a ponto de parecer irreal, ou surreal, o que acabei de pontuar no parágrafo anterior...

Imperatriz é hoje, na avaliação de todos, uma das cidades que mais cresce no país, sendo considerada por almanaque de grande circulação nacional “peça-chave no escoamento do minério de Carajás” e “um dos principais polos energéticos do país”, por possuir um posicionamento estratégico útil não só ao Estado, mas também para todo o norte do país.

Imperatriz é, portanto, um orgulho para o Maranhão!

E para mim, é um galardão que levarei para a minha vida inteira ter a honra de, na condição de Procurador-Geral de Justiça, inaugurar a nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz. Com este ato, o MP reconhece a importância e o valor da Região Tocantina, equipando a Promotoria de Justiça com condições condignas de atender a toda comunidade desta comarca e demonstrando o compromisso Institucional com os cidadãos que são os destinatários dos servidores prestados.

Essa mesma cidade que, quem diria, há pouco mais de sessenta anos contava com apenas um advogado militante e hoje recebe uma sede de Promotorias de Justiça equipada completamente, com os melhores recursos disponíveis, com espaço suficiente para atender a todas as demandas, inclusive comportando uma eventual duplicação do número de

membros, quando houver a necessidade futura.

Fico muito feliz em ter a oportunidade de concretizar um sonho que foi sonhado por muitos e para o qual contribuíram decisivamente os Procuradores-Gerais de Justiça que me antecederam, em especial a Dra. Regina Lucia de Almeida Rocha, em cuja gestão foi realizada a licitação e grande parte da construção desta nova sede. Mas, antes mesmo disso, foram decisivas as ações dos então procuradores-gerais de Justiça Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa, que obteve a doação do terreno junto ao Sr. Antônio Leite Andrade, em abril de 2008; e da Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, responsável pelos projetos executivos de arquitetura e complementares, a cargo da empresa Hermes Fonseca e Cia Ltda durante a sua gestão. Mesmo antes disso, tenho certeza que a construção dessa sede foi um sonho acalentado por todos aqueles que dirigiram a nossa Instituição.

E hoje, o Ministério Público do Maranhão orgulha-se de contar com uma estrutura física ímpar, não havendo mais nenhuma Promotoria de Justiça no Estado que seja localizada em Fórum. Mas isso nada significa se não for cada vez mais presente e ativa a atuação dos seus membros e servidores junto à população que os busca e tem atendidos os seus justos pleitos. Mais que uma sede física, somos a verdadeira casa da cidadania brasileira!

Mas se chegamos até aqui, é por que adotamos como premissa uma utilização racional e rigorosa de nossos recursos orçamentários, que como se sabe são restritos. Como vimos antes, o custo total dessa obra, computando-se inclusive todos os equipamentos de refrigeração

e tecnológicos, além da mobília, atingiu pouco mais de onze milhões de reais, demonstrando cabalmente a economicidade que informou a construção dessa nova sede. E é o cidadão, que em última análise custou essa obra grandiosa, através dos impostos, quem deve ser o principal usuário e destinatário destas instalações. É, destarte, redobrado o nosso dever institucional de bem atendê-los.

Também não posso deixar de reconhecer que esse sonho não seria possível de realizar-se sem a fundamental participação de toda a equipe da Procuradoria-Geral de Justiça, membros e servidores que a compõem, que atuaram em perfeita sinergia com os Promotores de Justiça que exerceram a função de diretor das Promotorias de Justiça durante toda a construção e entrega da obra, dos Promotores de Justiça e dos servidores de Imperatriz. Parabéns a todos, em especial ao diretor das Promotorias de Justiça, Dr. Ossian Bezerra Pinho Filho, que tem a responsabilidade, conjunta com a Diretoria Geral, de administrar esta nova sede.

Agradeço, por dever de Justiça, à colaboração inestimável e a parceria institucional mais uma vez reforçada, demonstrada pelo Governo do Estado do Maranhão, tanto pela destinação dos recursos necessários para a obra quanto pela intervenção para facilitar o acesso da população, e da Cemar, que também efetuou em tempo hábil as ligações energéticas necessárias, tão logo demandada a prestação dos serviços.

Ressalto, ainda, o trabalho prestado pela empresa vencedora do certame: ENGEPEC – Engenharia Gerenciamento Planejamento de Construção Ltda, representada pelo Sr. Dib Jamil Maluf, e todo o seu corpo técnico, sobretudo pelo corre-

to relacionamento profissional mantido com o corpo técnico da PGJ/MA, como também parabenizo o trabalho desenvolvido pela empresa de arquitetura Hermes Fonseca e Cia Ltda., responsável pelos projetos executivos arquitetônico e complementares.

E para ir finalizando, socorro-me duas vezes com a milenar sabedoria chinesa. A primeira mais uma vez para agradecer a todos os que de qualquer forma contribuíram para este momento:

“Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos”. (Lao-Tsé)

E também para rememorar e valorizar a importância dessa conquista e dos esforços cotidianos que serão necessários para mantê-la, inclusive num oportuno paralelo ao que hoje se passa com o Ministério Público Nacional, que hoje vê ameaçadas as conquistas obtidas ao longo de décadas e que garantem o exercício satisfatório de suas atribuições.

“Muitos anos são necessários para se construir uma casa sólida. Um só dia basta para destruí-la”

Por fim, homenageando o ilustre poeta maranhense Ferreira Gullar, falecido aos 86 anos de idade, no último dia 04/12/2016, e que dá nome ao Teatro de Imperatriz, cito uma de suas poesias mais marcantes:

Cantiga para não morrer

*Quando você for se embora,
moça branca como a neve,
me leve.*

*Se acaso você não possa
me carregar pela mão,
menina branca de neve,
me leve no coração.*

*Se no coração não possa
por acaso me levar,
moça de sonho e de neve,
me leve no seu lembrar.*

*E se aí também não possa
por tanta coisa que leve
já viva em seu pensamento,
menina branca de neve,
me leve no esquecimento.*

Muito obrigado!



Promotorias de Justiça de TIMON (24 de Maio 2019)

A nova sede das Promotorias de Justiça de Timon, situada no Beco Paulo Ramos, S/N, Centro de Timon, foi realizada no dia 24 de maio de 2019. O prédio recebeu o nome da promotora de justiça Elda Maria Alves Moureira.

Com 793,31m² de área construída, em quatro pavimentos, o projeto foi desenvolvido com o objetivo de melhorar o atendimento ao público e proporcionar condições adequadas para a atua-

ção de membros e servidores da instituição. O custo total da obra foi de R\$ 2,4 milhões.

O prédio conta com 14 gabinetes para promotores, 14 salas de assessores, uma sala de reunião e videoconferência, quatro banheiros masculinos acessíveis, quatro banheiros femininos acessíveis, três copas de apoio, quatro depósitos de material de limpeza (DML), recepção e elevador, entre outras instalações.







Estrutura Antiga

Promotorias de Justiça de VITORINO FREIRE (14 de Dezembro 2017)

A nova sede da Promotoria de Justiça de Vitorino Freire está localizada na Rua Presidente Castelo Branco, s/n, Centro, tem 267,94m² de área construída num terreno de 1.077,85m². O custo total da obra foi de R\$ 724.312,90.

Inaugurado em 13 de dezembro, o prédio tem recepção, arquivo, sala de reunião, protocolo, sala de servidores, quatro gabinetes, copa, área de serviço, quatro banheiros e garagem. A ordem de serviço para a construção da obra foi assinada em 10 de abril deste ano.



Estrutura Atual



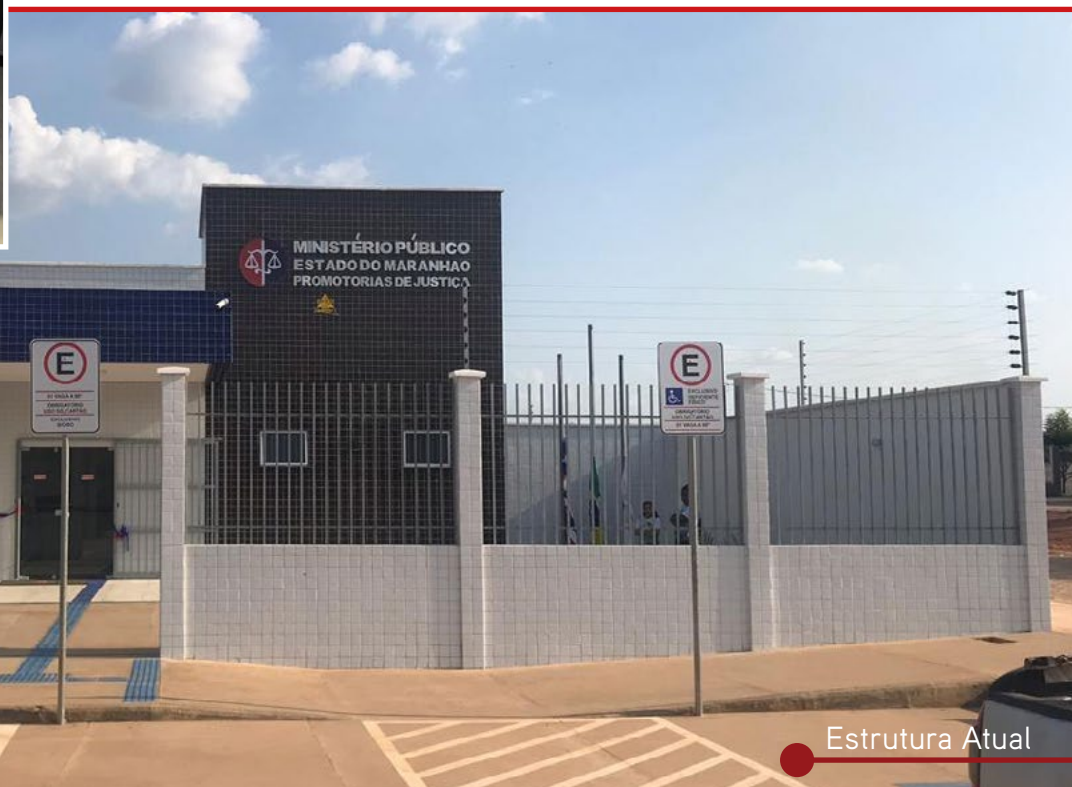
Promotoria de Justiça de MATÕES

(23 de Novembro 2018)

A nova sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Matões foi inaugurada em 22 de novembro de 2018. Localizado na rua Ulysses Guimarães, bairro Matadouro, o novo prédio possui aproximadamente 300 m² de área construída e conta com salas, banheiros, copa, cozinha, estacionamento. A área total da sede é de 2.000 m². O custo total da obra foi de R\$ 897.398,13.



Estrutura Antiga



Estrutura Atual



Estrutura Antiga

Promotorias de Justiça de ROSÁRIO

(26 de Fevereiro 2019)

A cerimônia de inauguração da nova Promotoria de Justiça de Rosário aconteceu em 26 de fevereiro de 2019. O prédio, localizado na Rua Bom Jesus, tem 295,75 m² de área construída, em um terreno de 906,58m², doado pelo Município para a construção da sede do Ministério Público na comarca.

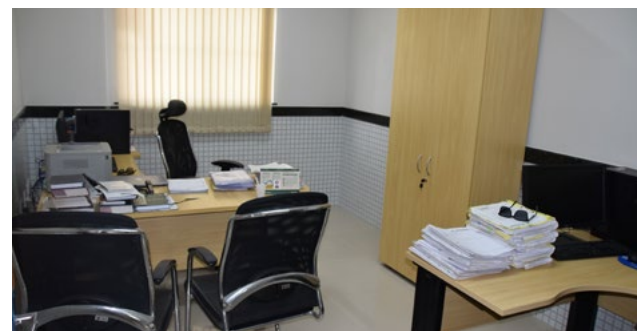
Iniciadas em 8 de dezembro de 2017, as obras tiveram conclusão em 18 de outubro de 2018. Foram investidos R\$ 754.904,61 no

prédio que conta com recepção, protocolo, quatro gabinetes, salas para servidores e de reuniões, arquivo, copa e área de serviço.

Todo o prédio tem acessibilidade a pessoas com deficiência e locomoção, além de sistema de segurança eletrônico, monitorado 24h diretamente pela Procuradoria Geral de Justiça. A nova sede tem, ainda, área disponível para futuras expansões em caso de necessidade.



Estrutura Atual



Promotorias de Justiça de JOÃO LISBOA

(22 de Abril 2019)

A nova sede das Promotorias de Justiça da Comarca de João Lisboa, na Região Tocantina, foi inaugurada em 22 de abril de 2019. Localizado na Rua 3, s/n, bairro Alice Vieira, o prédio possui 287,61 m² de área construída e conta com recepção, quatro banheiros, salas de servidores, protocolo, arquivo, sala de reunião, quatro gabinetes, copa e área de serviço. A área total do terreno da sede é de 885,31m². A obra custou R\$ 806.344,89.



Estrutura Antiga



Estrutura Atual





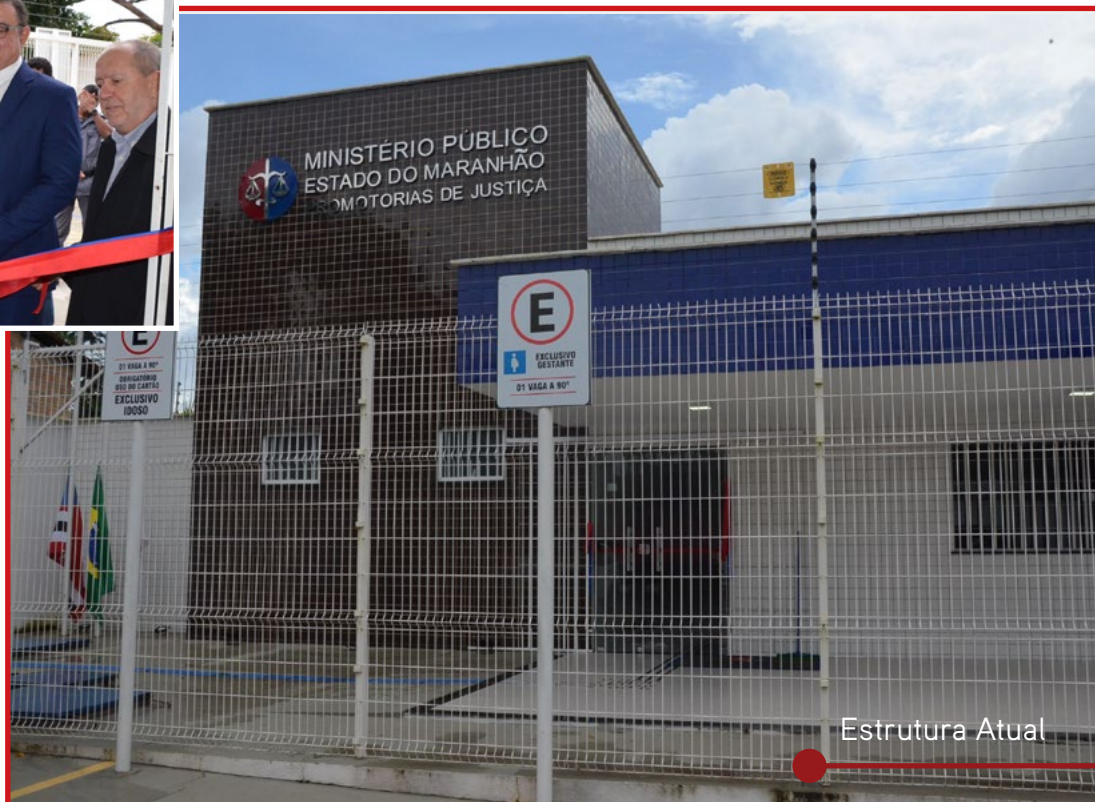
Estrutura Antiga

Promotoria de Justiça de **SANTA HELENA** (6 de Maio 2019)

A inauguração da nova sede da Promotoria de Justiça de Santa Helena, situada na Rua Antônio Luís Pavão, no bairro Ponta d'Areia, foi realizada em 6 de maio de 2019.

Com 297,59m² de área construída, a obra possui pavimento único (térreo), com estrutura de concreto e alvenaria e cobertura em telha estrutural de fibrocimento. O prédio possui sistema de telecomunicações com acesso à internet e circuito de câmeras de segurança

A nova sede conta com quatro gabinetes para promotores, uma sala de servidores, uma sala de reunião, um arquivo, dois banheiros acessíveis para servidores, dois banheiros acessíveis para o público, uma copa de apoio, uma área de serviço, uma recepção, um protocolo e uma garagem. A obra teve um custo de R\$ 731.051,49.



Estrutura Atual

Promotorias de Justiça de COELHO NETO (12 de Junho 2019)

A inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Coelho Neto aconteceu no dia 12 de junho de 2019. Localizado na avenida José Silva, quadra 46, s/n, bairro Parque Amazonas, o prédio possui 291m² de área construída.

Com pavimento único, a nova sede possui recepção, quatro gabinetes para promotores, três salas (protocolo, reunião e para servidores), arquivo, quatro banheiros, copa, área de serviço e garagem. Todos os compartimentos possuem acessibilidade.

O prédio das Promotorias de Justiça de Coelho Neto conta, ainda, com acesso e vaga de estacionamento para pessoas com deficiência, idoso e gestante. O custo total da obra foi de R\$ 1.128.154,60



Promotorias de Justiça de CODÓ

(23 de Maio 2019)

A inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Codó foi realizada em 23 de maio de 2019. A área construída é de 719,08m² e o custo total da obra foi de R\$ 1.620.000,00.

O prédio conta com seis gabinetes para promotores; seis salas de assessores; uma sala de servidores; uma sala de reunião; um arquivo; três banheiros para servidores, sendo um deles acessível; quatro banheiros para o público, sendo dois deles acessíveis; uma copa de apoio; área de serviço; uma recepção; uma sala para protocolo; uma sala de monitoramento; uma sala de assistência social; uma diretoria; um auditório; um almoxarifado; uma área de circulação.

A estrutura da nova sede tem, ainda, acesso e vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência, idosos e gestantes. Há, também, uma entrada exclusiva para membros e servidores com sua respectiva garagem.



- DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CODÓ (23 de Maio 2019)

Os estudiosos divergem sobre a origem de seu nome: uns creditam ao fato que as terras contíguas aos rios Itapecuru e Codozinho são repletas de alagadiços, pântanos e lama, e assim Codó significa atoleiro, brejo, lugar de charco. De fato ainda hoje, na época das chuvas, as terras ribeirinhas ficam encharcadas pelo Rio Itapecuru e seus afluentes.

Para outros, segundo a tradição dos antigos, o termo Codó se origina de uma ave que povoava e abundava as terras do município, nos primeiros tempos, a chamada Codorna ou Codorniz.

Também existe a versão segundo a qual, no início da povoação, em virtude dos conflitos entre os índios barbados e guarani contra colonizadores, devidos a extração de madeira, a região passou a ser reconhecida pelos portugueses por seus tocos ou troncos cortados, ou “codório” por ter muitos tocos cortados, e aí construíram suas moradias, iniciando a povoação do lugar.

Se dúvidas existem quanto a origem do nome, havendo três versões com hipóteses fidedignas, nenhuma existe quanto a importância histórica e econômica da cidade de Codó para o Estado e o país.

A Balaiada (Guerra dos Balaios) foi de todas as revoltas do período regencial – de 1831 a 1840 – que ocorreram no Brasil, a que atraiu o maior número de excluídos: negros e mulatos.

O conflito começou no dia 13 de dezembro de 1838, data em que chegou à Vila da Manga (atual Nina Rodrigues), um grupo formado por cerca de 15 vaqueiros, liderados pelo ex-escravo mulato Raimundo Gomes Vieira, o “Cara Preta”.

Em junho de 1840, os rebeldes que sobreviveram à luta de Caxias juntaram-se ao numeroso grupo de escravos liderados por Cosme Bento das Chagas, o “Negro Cosme”, aqui na região de Codó. “Negro Cosme” e seu grupo de cerca de 3 mil homens tornaram-se, assim, o inimigo principal do Duque de Caxias.

Quando D. Pedro II assumiu o poder e decretou anistia aos rebeldes, em agosto de 1840, Raimundo Gomes e outros líderes a aceitaram, mas o “Negro Cosme” e seu pelotão de escravos preferiram continuar lutando, e assim o fizeram até a extinção.

Após o conflito, surgiram várias colônias, criadas tanto pela iniciativa e investimento do poder público como particulares, sendo a principal delas fundada

em abril de 1854, a Colônia Petrópolis. Contudo, o grande motor para o desenvolvimento da região estava por vir!

No ano de 1887, chegaram os sírios e libaneses, que deram uma nova dinâmica à região, intensificando o comércio variado, ficando os portugueses negros e com a lavoura.

Aproveitando-se a passagem da linha férrea São Luís –Teresina, imortalizada nos versos de João do Vale, estes conseguiram desenvolver o comércio e a indústria de Codó, em época onde não haviam estradas para escoamento da produção, transformando a cidade num polo econômico, com relevante produção industrial, característica que até hoje marca essa cidade!

Nos versos de João do Vale, portanto, louvo esta cidade magnífica:

*Boa tarde Codó, do folclore e do catimbó
Gostei de ver caboxas de bom trato
Vendendo aos passageiros
“De comer” mostrando o prato*

(...)

Promotorias de Justiça de CAXIAS (13 de Novembro 2019)

A nova sede das Promotorias de Justiça de Caxias foi inaugurada em 12 de novembro de 2019. As obras do novo prédio foram iniciadas no final de 2017 e o investimento total realizado foi de R\$ 2.647.355,42, com recursos provenientes do Fundo Especial do Ministério Público Estadual (Fempe).

O prédio, cujo terreno foi doado ao Ministério Público do Maranhão pela Prefeitura de Caxias, tem 928,61m² e está situado na Avenida Norte-Sul, s/nº, Campo de Belém, ao lado do Fórum Desembargador Almada Lima, na Cidade Judiciária. O imóvel terá recepção, 12 gabinetes, 17 salas, auditório, copa, área de serviço, banheiros e estacionamento. A sede das Promotorias de Caxias está entre as quatro maiores do Maranhão.



Estrutura Antiga



Estrutura Atual



Estrutura Antiga

Promotorias de Justiça de GOVERNADOR NUNES FREIRE (4 de Dezembro 2019)

A nova sede da Promotoria de Justiça de Governador Nunes Freire foi inaugurada em 4 de dezembro de 2019.

Com 248,40 m² de área construída, a nova sede, que fica localizada na Rua Telma, lote 01, quadra 3, teve investimento no valor de R\$ 912.957,92. É dotada de quatro gabinetes, quatro banheiros acessíveis (sendo dois femininos e dois masculinos, para o público externo e para os servidores), salas de assessores e de reunião, protocolo, copa, recepção, área de serviço e garagem.



Estrutura Atual



Estrutura Antiga

Promotorias de Justiça de **BARRA DO CORDA**

(17 de Dezembro 2019)

A solenidade de inauguração do novo prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Barra do Corda, localizado na rua Pedro Caixa d'Água, s/n, bairro Inkra (Vila Canadá), foi realizada em 17 de dezembro de 2019.

O novo prédio segue o modelo-padrão das edificações do MPMA e possui área construída de 285,10m², dispendo de recepção, arquivo, sala de reunião, protocolo, sala de servidores, quatro gabinetes, quatro banheiros, copa, lavanderia e garagem, o custo total da obra foi de R\$ 915.793,50.



Estrutura Atual



- DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BARRA DO CORDA (17 de Dezembro 2019)

Barra do Corda é berço de heróis, a começar pelo seu fundador Melo Uchoa! A Batalha do Jenipapo, ocorrida no dia 13 de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo, na Vila de Campo Maior, no Piauí, foi um dos confrontos mais sangrentos da Guerra de Independência do Brasil. Consistiu na luta dos camponeses do Maranhão, Piauí e Ceará contra as tropas do Major João José da Cunha Fidié, que era o comandante das tropas portuguesas, encarregadas de manter o norte da ex-colônia fiel à Coroa Portuguesa.

Os brasileiros lutaram com instrumentos simples, não com armas de guerra, não tinham experiência. Perderam a batalha, mas fizeram com que a tropa desviasse seu destino. Foi uma das mais marcantes batalhas travadas na guerra da independência brasileira e consolidou o território nacional.

Melo Uchoa foi um dos participantes deste episódio fundamental da história nacional.

Justamente nos anos que se seguiram à Independência, em suas viagens a São Luís fez ótimas relações de amizade, pela sua maneira educada e sincera, com cidadãos ilustres, entre os quais se destacava o Cônego Machado. Orientado pelo Cônego, seu íntimo amigo, foi acon-

selhado a que escolhesse um lugar entre a Chapada, hoje Grajaú, e Pastos Bons, com o fim de intensificar a população, e, segundo outros, para fins políticos, certamente para evitar que os eleitores não percorressem grandes distâncias.

Daí a ideia de Melo Uchoa de viajar pelo sertão maranhense, em 1835. Imbuído de grande civismo, com todos os sacrifícios, inclusive da própria família, Melo Uchoa embrenha-se na mata, onde permanece por muito tempo sem dar notícias à família, acompanhado do seu escravo e, mais tarde, por alguns índios canelas, chamados 'mateiros'.

O território constituía domínio de tribos canelas, do tronco dos gês e guajajaras, da linha tupi.

Melo Uchoa, por certo margeou o Rio Corda, ou "das Cordas", até a sua embocadura, chegando ao local que escolheu para fundar a nova cidade, atendendo não só às condições topográficas como as comodidades relativas ao suprimento de água potável e ainda à possibilidade de navegação fluvial até São Luís.

Ao declarar fundada a cidade, Melo Uchoa batizou-a primeiramente de Missões, depois Santa Cruz de Barra do Corda, porque 3 de maio – data de fundação da cidade – é o dia da Santa Cruz.

Em seguida, Barra do Rio das Cordas e, finalmente, Barra do Corda.

Melo Uchoa tinha o posto de Tenente de Primeira Linha e foi precursor da abertura de estradas e da proteção aos índios, no século passado, sendo o primeiro encarregado desse serviço. Foi, portanto, um dos primeiros indigenistas do Brasil, e graças a sua extrema e bem-sucedida vivência com estes, obteve grande ajuda no desbravamento da nova terra

Construiu a primeira estrada entre Barra do Corda e Pedreiras, com 240 quilômetros de extensão. Faleceu em Barra do Corda, segundo consta, em 7 de setembro de 1866, deixando sete filhos.

Atualmente, a praça principal desta cidade homenageia sua personagem mais ilustre, cujos restos mortais repousam neste solo, segundo consta do conhecimento dos mais antigos, no antigo cemitério São Benedito, atual Praça Gomes de Castro.

Barra do Corda foi palco de fatos históricos que merecem sempre ser lembrados. Um deles causa até hoje tristes recordações e habita o imaginário popular coletivo: o massacre de Alto Alegre, uma rebelião de índios guajajara, que resultou no maior massacre de índios contra brancos da história do Brasil.

É com tristeza que vejo que, passados quase cento e vinte anos desde então, os episódios de violência envolvendo índios e pessoas das cidades continuam a ocorrer no Maranhão, e agora até com mais intensidade!

Que o exemplo de Alto Alegre sirva para nos lembrar que a convivência harmônica, pacífica e respeitosa entre todos os povos é o único caminho para se evitar tragédias humanas e atos de violência que muito nos entristecem!

Os ideais republicanos surgiram cedo em Barra do Corda! A Proclamação da República do Brasil ocorreu em 15 de novembro de 1889, mas um ano antes disso por aqui já se divulgavam seus ideais – por meio de Isaac Martins dos Reis – meu conterrâneo do Loreto, magistrado desta cidade e que foi chamado de “Chefe do Partido Republicano dos sertões do Maranhão”, Dunshee de Abranches (que era o promotor público de Barra do Corda), Frederico Figueira (que foi o promotor público que antecedeu Dunshee de Abranches), entre outros que fundaram e participaram do Clube Republicano de Barra do Corda. Esse grupo tinha como objetivo divulgar os ideais da Proclamação da República no Maranhão em especial nos sertões. Para isto, reuniam-se todas as noites e publicaram manuscritos que eram distribuídos pelas redondezas para disseminar a semente da República.

Esse grupo organizado produziu, em 12 de novembro de 1888, o jornal O Norte, e teve força para divulgar em outras vilas e cidades as vantagens da República. A repercussão foi tanta que os mesmos foram denunciados na capital da província por deputados favoráveis à continuidade da Monarquia.

Quando finalmente ocorreu a Pro-

clamação da República, assim que chegou a notícia na cidade os idealistas e autoridades locais se reuniram na Câmara Municipal onde escolheram a primeira Junta Provisória Republicana de Barra do Corda, que foi substituída por outras, até que se estabelecessem eleições de acordo com a Constituição que seria promulgada. Como teve papel fundamental na campanha em prol da democracia e da República, liderando a campanha contra o Império na região Centro Sul do Maranhão, Barra do Corda foi tida como a “Capital dos Altos Sertões”.

Isaac Martins, filho ilustre de minha querida Loreto, como jornalista, magistrado e político, professou sempre as ideias mais adiantadas! O Maranhão deu-lhe um lugar de Senador no Congresso Constituinte, onde ocupou o lugar de 1º secretário. Depois de promulgada a Constituição, o Dr. Isaac voltou a Barra do Corda a fim de reassumir a Vara de Juiz de Direito e aqui faleceu alguns anos depois.

Terra marcada pela exuberância da natureza local e pela beleza nativa impressionante e quase inexplorada, oferecendo visitas às aldeias indígenas, às cachoeiras, aos dois rios que circundam a cidade, “A Cachoeira da Fumaça e a Cachoeira Grande”, por exemplo. Sua localização geográfica praticamente no centro geodésico do Maranhão a faz um polo natural de educação, comércio e cultura, sendo local de um dos mais conhecidos e bem reputados carnavais do Brasil.

Portanto, é com muito orgulho por toda a nossa história e pelos filhos ilustres e ilustres personagens que por aqui passaram, e também com muita alegria, que me atrevo a proclamar as palavras

do estribilho do hino desta terra abençoada:

Estrilho

*Ó formosa cidade modelo
Dos teus filhos, o amor, o desvelo
É uma bênção por Deus concedida,
Vinde todos unidos lutemos
e a vitória do bem alcancemos,
Para a glória da terra querida,
Contemplemos a cruz sobre a serra,
Dos caminhos de Deus o sinal,
E felizes saudemos a terra,
Que serviu-nos de berço natal.*

A cidade, então, é uma dádiva do Rio Corda, que além de suas águas cristalinas que permitem ver o fundo do rio, possui em sua vibrante mata ciliar muitos cipós que se enrolam em forma de corda. Quem banha em suas águas jamais esquece seus encantos!

Colaborando com o fundador, após sua morte, empenharam-se no desenvolvimento de Barra do Corda, entre outros, Abdias Neves, Frederico Souza Melo Albuquerque, Isaac Martins, Frederico Figueira Fortunato Fialho, Anibal Nogueira, Vicente Reverdoza e Manoel Raimundo Maciel Parente.

É, para mim, portanto, uma honra indescritível, na condição de Procurador-Geral de Justiça, inaugurar a nova sede das Promotorias de Justiça desta cidade, que hoje é uma das mais importantes e históricas cidades do Maranhão.

Com este ato, o MP reconhece a sua importância e o seu valor, equipando a Promotoria de Justiça com condições condignas de atender a toda comunidade e demonstrando o compromisso Institucional com os cidadãos que são os destinatá-

rios dos servidores prestados.

Fico muito feliz em ter a oportunidade de concretizar um sonho que foi sonhado por muitos, sobretudo por todos os colegas que exerceram aqui suas atividades.

E atualmente o Ministério Público do Maranhão orgulha-se de contar com uma estrutura física ímpar, não havendo mais nenhuma Promotoria de Justiça no Estado que seja localizada em Fórum. Já tive a oportunidade de inaugurar, ao longo de três anos, 37 novas sedes de promotorias de justiça por todo o Estado, a grande maioria delas construídas ou inteiramente reformadas, sendo esta a 38ª sede que entregamos à sociedade, e no início de 2020 chegaremos a 41 inaugurações, com o anexo de Timon e o novo estacionamento para a PGJ e promotorias da Capital.

Continuarei neste ritmo até o final do meu mandato, haja vista que temos a firme disposição de entregar, até junho de 2020, ainda outras 13 obras que estão em andamento ou iniciando.

Para o Ministério Público do Maranhão, é um fato de grandiosidade sem precedentes, sobretudo se considerarmos que a meta de 54 novas sedes corresponde a mais da metade das comarcas - promotorias de justiça do Estado, que são em número de 107.

Não por outra razão é que o MPMA figura como o segundo melhor do país, no aspecto de estrutura física, de acordo com dados objetivos do CNMP, com sedes próprias, maioria delas em prédios recentemente entregues e todas as demais recentemente reformadas pelo nosso programa de manutenção predial.

Mas se chegamos até aqui, é por que adotamos como premissa uma utilização racional e rigorosa de nossos recursos orçamentários, que como se sabe são restritos. Como vimos antes, na apresentação do diretor-geral, o custo total desta obra, computando-se inclusive todos os equipamentos de refrigeração e tecnológicos, além da mobília, demonstra cabalmente a economicidade que informou a construção dessa nova sede.

E é o cidadão, que em última análise custeou essa obra grandiosa, quem deve ser o principal usuário e destinatário destas instalações. É, destarte, redobrado o nosso dever institucional de bem atendê-los. Mais que uma sede física somos a verdadeira casa da cidadania brasileira!

Muito mais que os insumos produzidos pelo homem, que corretamente utilizados propiciam o erguimento de uma obra grandiosa como essa: tijolos, cimento, argamassa, cerâmica... uma instituição forte é composta pelos seus homens e mulheres, membros e servidores que ao longo de décadas prestaram relevante ser-

viço em favor da comunidade, dedicando toda a sua capacidade em prol dos objetivos maiores buscados pelo MP!

São essas pessoas, mas principalmente todo e qualquer cidadão, que mesmo que nunca tenha recorrido fisicamente à Promotoria de Justiça, já foi beneficiado por quaisquer das várias ações adotadas por um promotor de justiça na defesa coletiva da sociedade, que constituem a ALMA desse lugar e a razão de existir do Ministério Público!

Parabéns então aos operários da cidadania, homens e mulheres que dedicaram tempo e capacidade intelectual em busca de melhorar a qualidade de vida de nosso povo, a quem homenageamos por meio da placa alusiva aos membros titulares que passaram por esta Promotoria de Justiça, dentre os qua (???)

Também não posso deixar de reconhecer e ressaltar novamente que esse sonho não seria possível de realizar-se sem a fundamental contribuição institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com a cessão do terreno ao MP para essa finalidade, localizado em espaço adequado, e melhorando muito o acesso da população aos serviços judiciários, haja vista a vizinhança com o Fórum e outras entidades.

(...)

SEDES PRÓPRIAS COM CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO



14 sedes próprias de Promotorias de Justiça estão com obras em andamento para serem entregues em 2020.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	R\$ 4.401.701,94
SÃO LUÍS (Estacionamento)	R\$ 2.550.638,73
LAGO DA PEDRA	R\$ 830.916,95
IMPERATRIZ (CIRA)	R\$ 679.229,97
ARAIOSÉS	R\$ 824.633,35
ESTREITO	R\$ 865.873,24
COROATÁ	R\$ 806.342,33
LORETO	R\$ 758.750,62
SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	R\$ 816.169,26
CAROLINA	R\$ 858.107,88
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	R\$ 1.035.752,15
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	R\$ 846.120,27
MIRADOR	R\$ 1.031.201,35
SANTA LUZIA DO PARUÁ	R\$ 860.060,49
COMARCA	CUSTO DA OBRA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

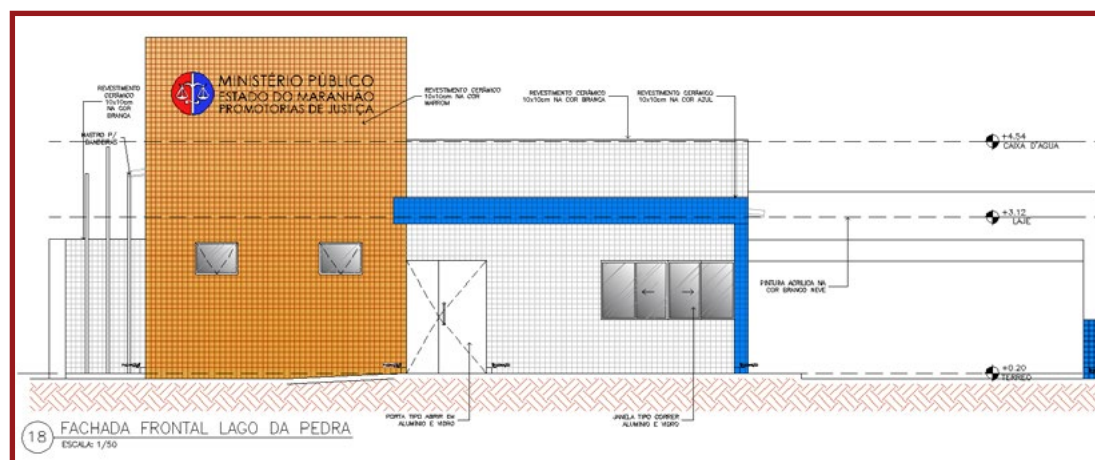


CONSTRUÇÃO DA SEDE DAS
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

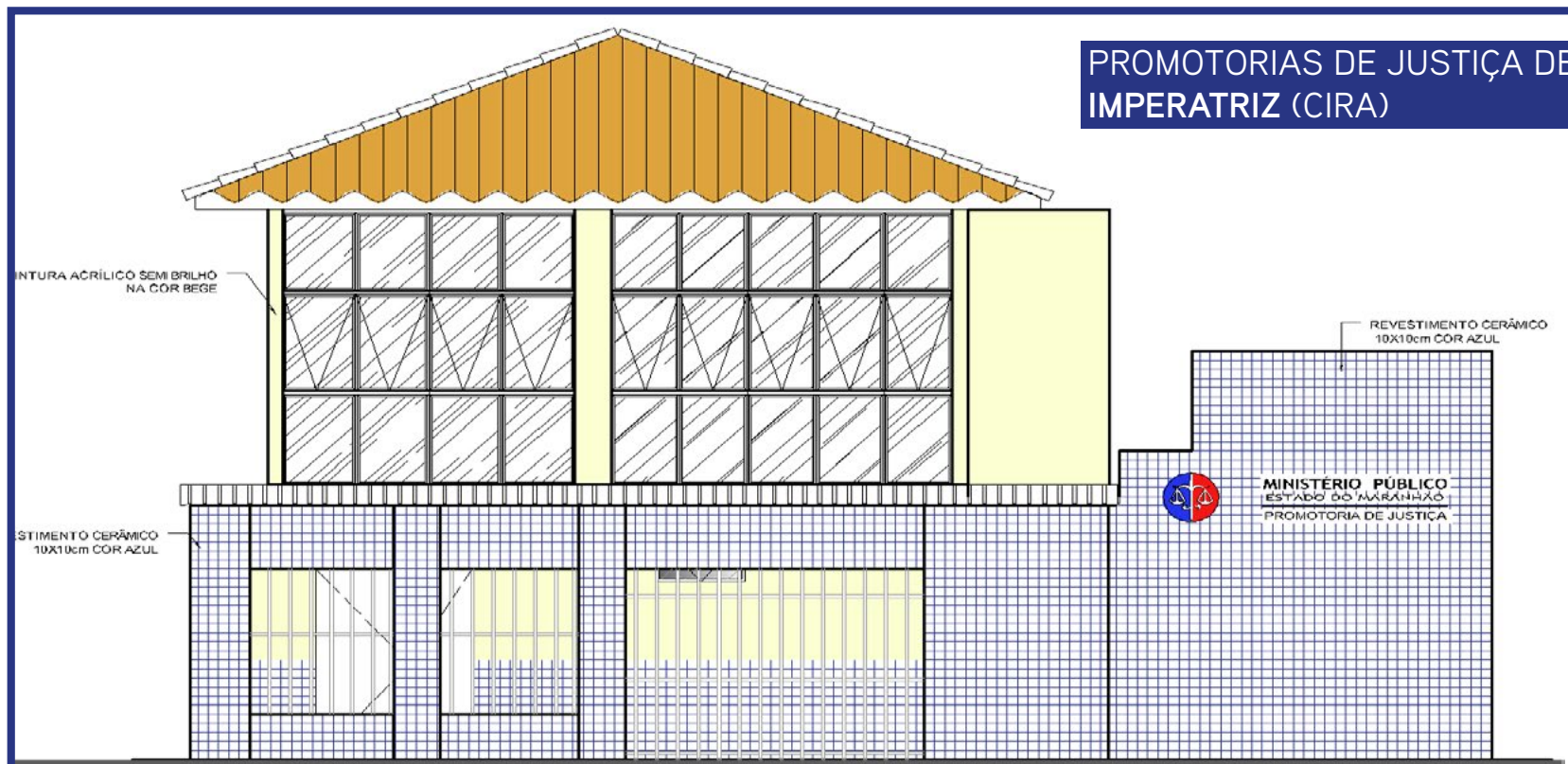


CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA
CAPITAL

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGO DA PEDRA



CONSTRUÇÃO DA SEDE DA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
LAGO DA PEDRA

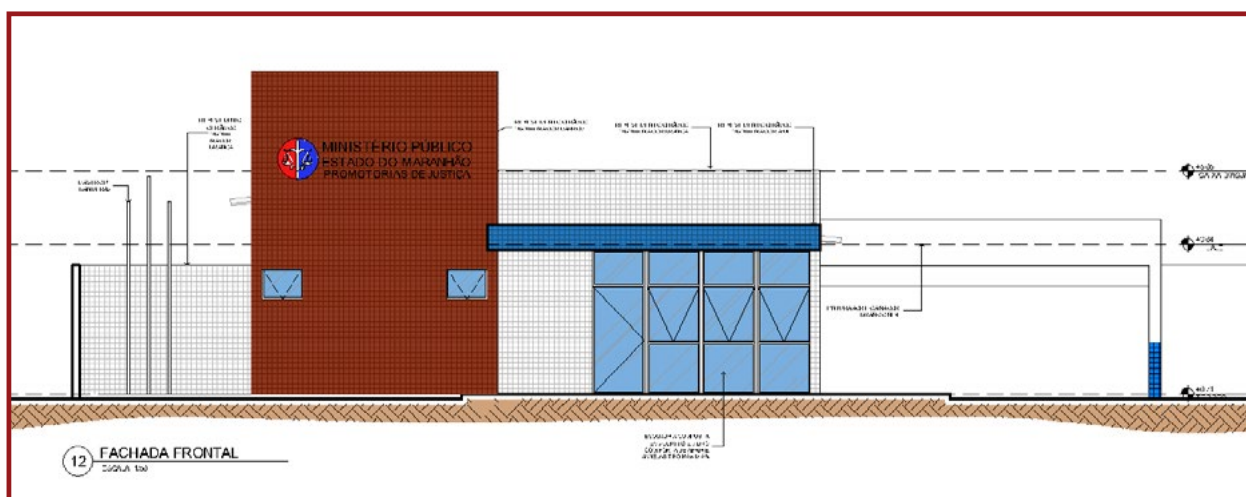
**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE
IMPERATRIZ (CIRA)**

CONSTRUÇÃO DO CIRA - IMPERATRIZ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAIOSSES



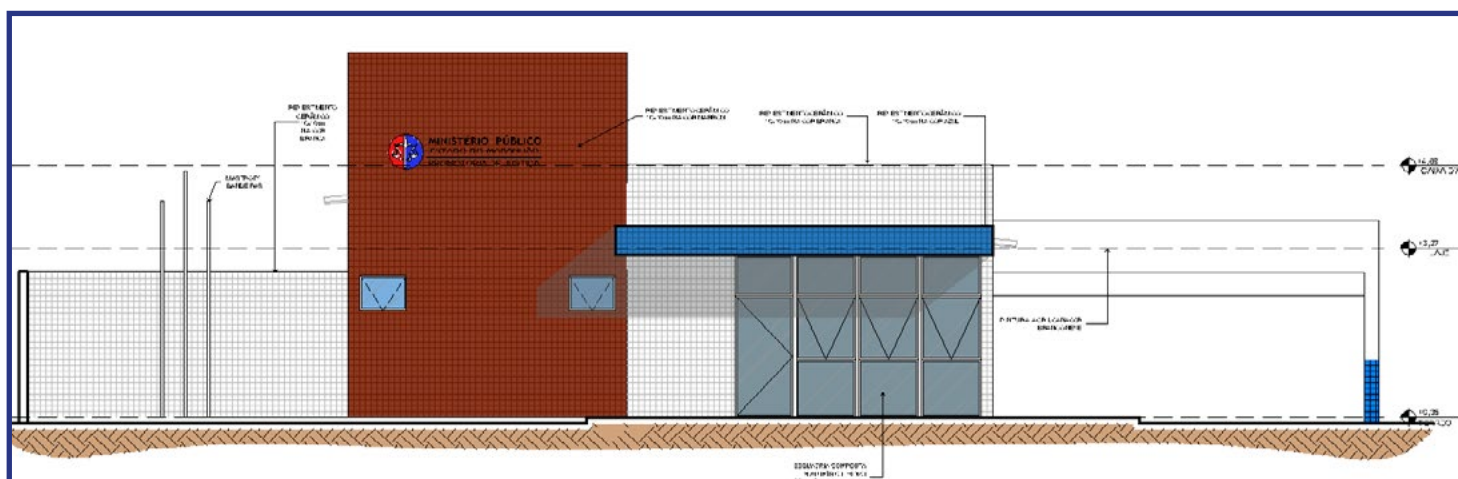
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAIOSES



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COROATÁ



CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COROATÁ



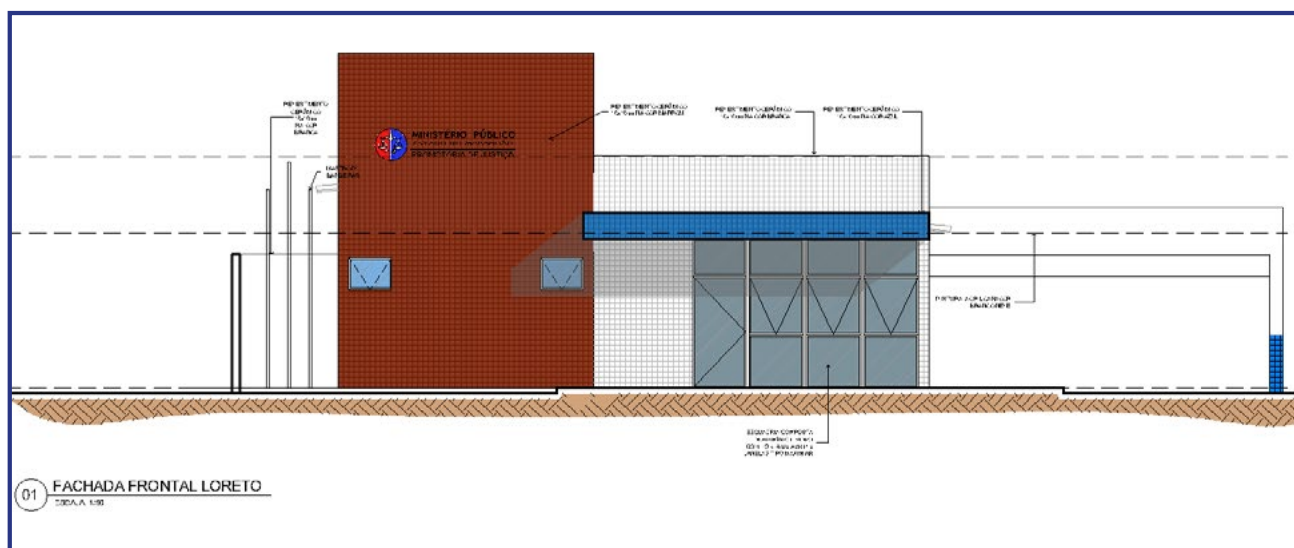
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
ESTREITO



CONSTRUÇÃO DA SEDE DAS
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE
ESTREITO



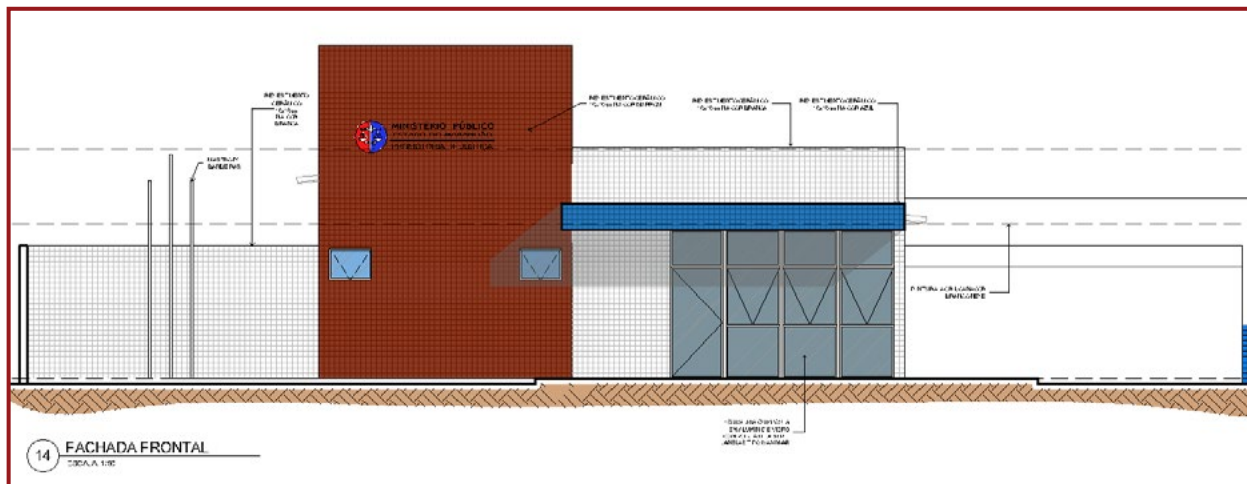
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LORETO



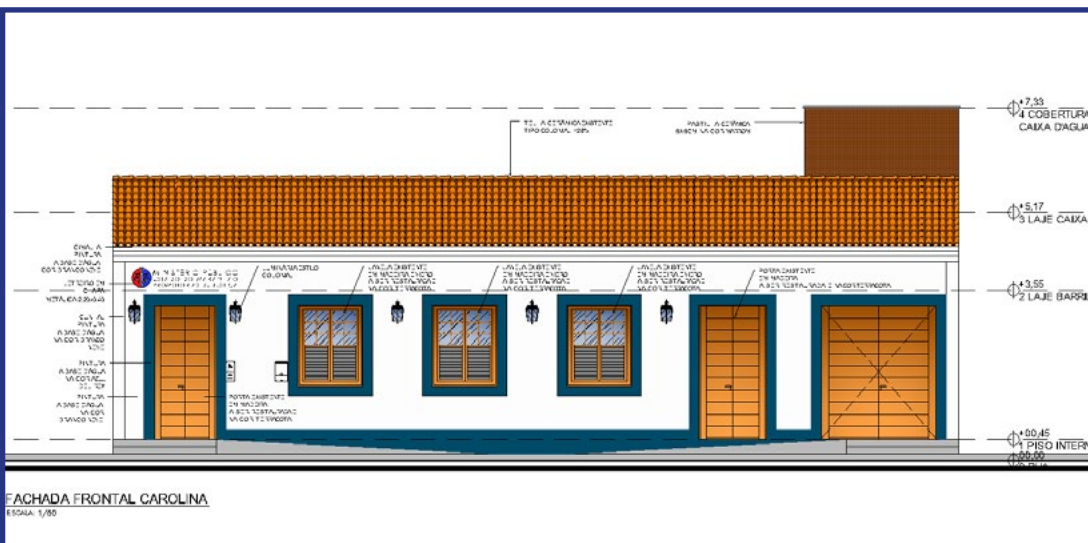
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES



CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAROLINA



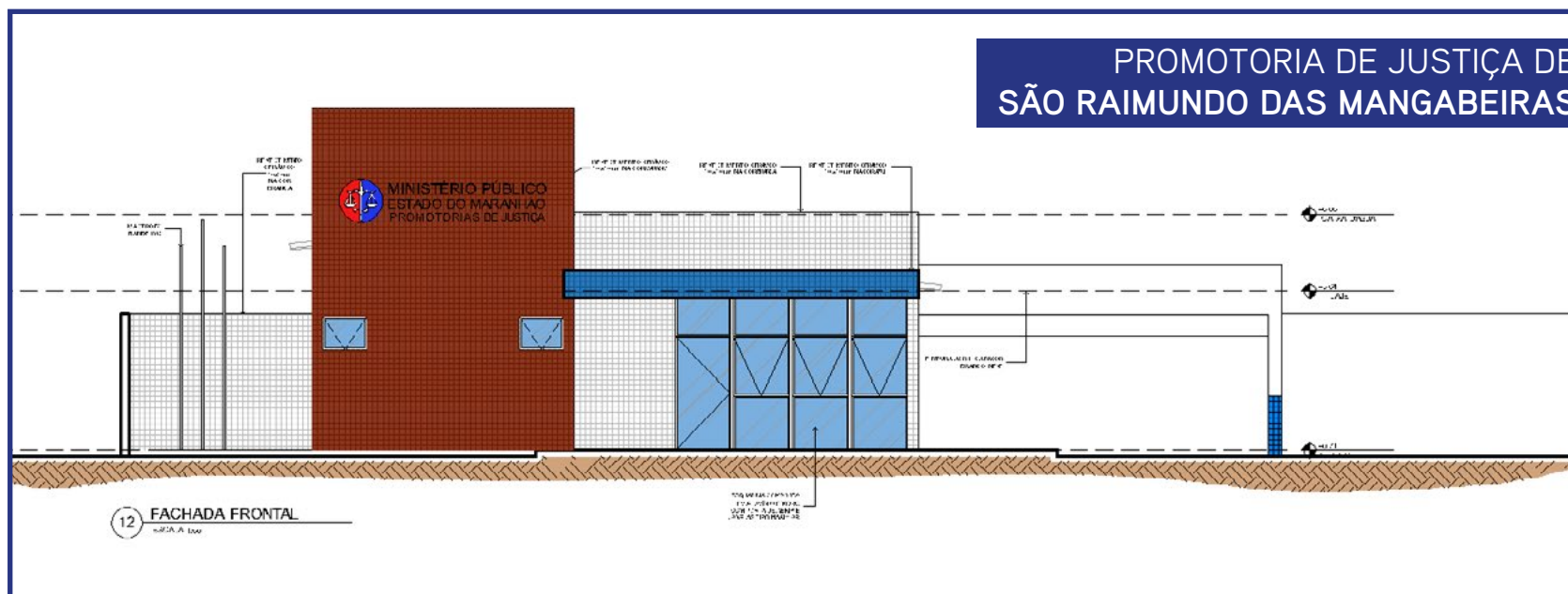
PROJETO ELETRÔNICO DA SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAROLINA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

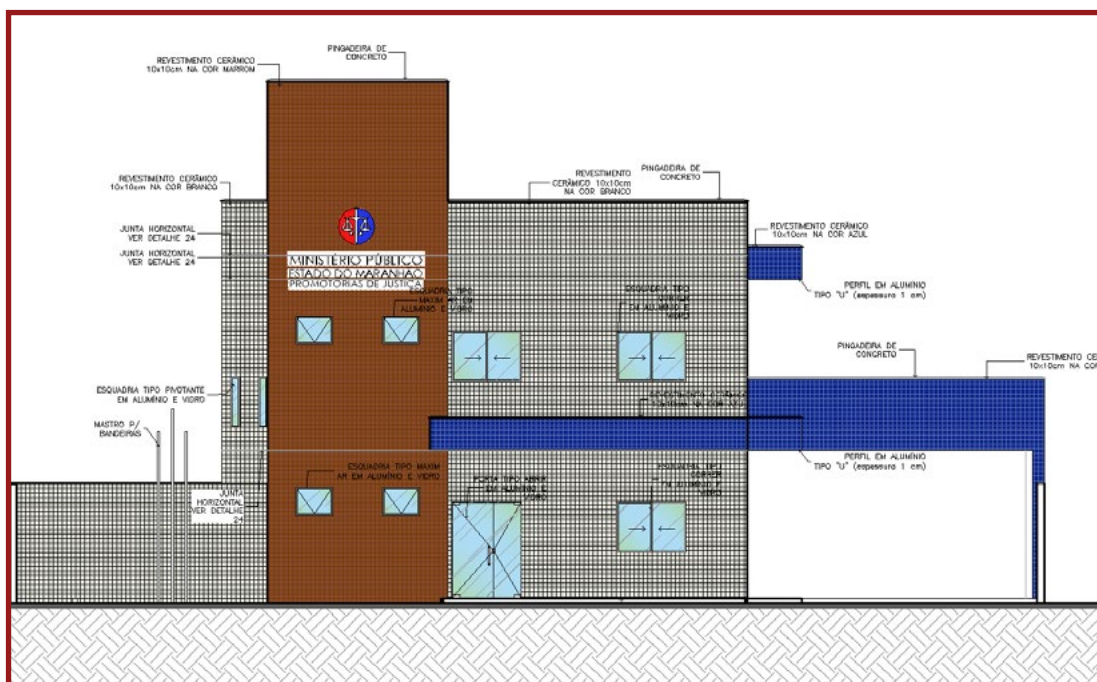


CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO





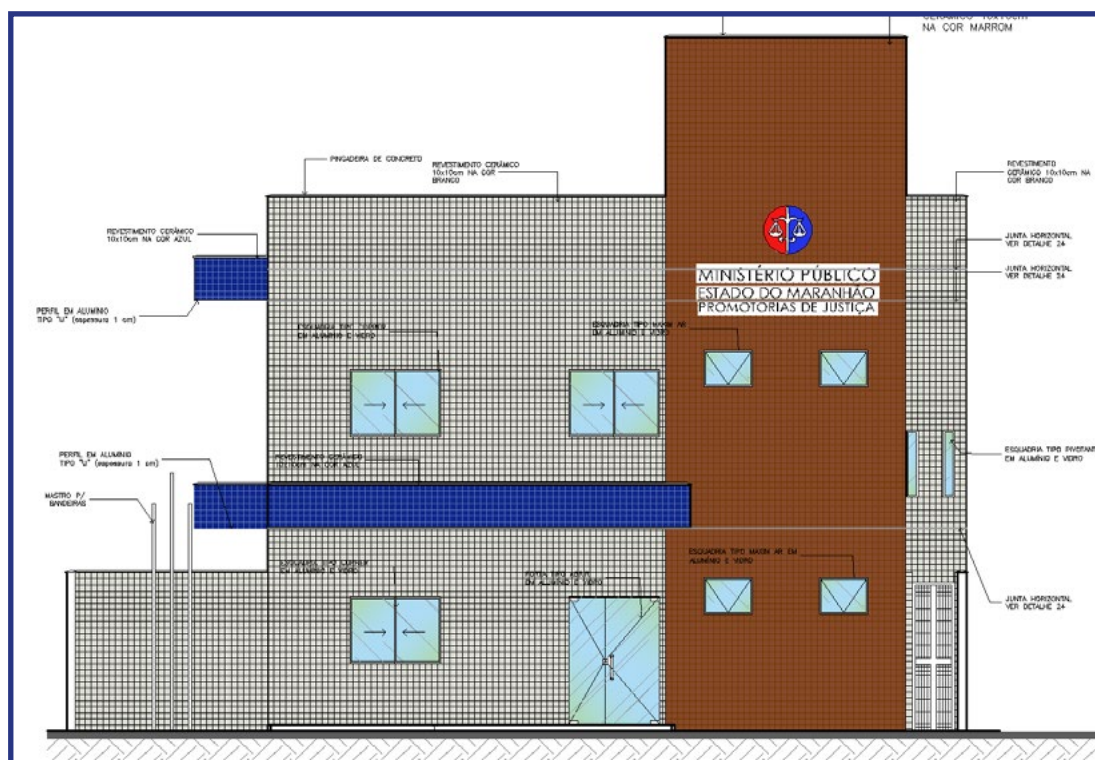
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRADOR



PROJETO ELETRÔNICO DA SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRADOR

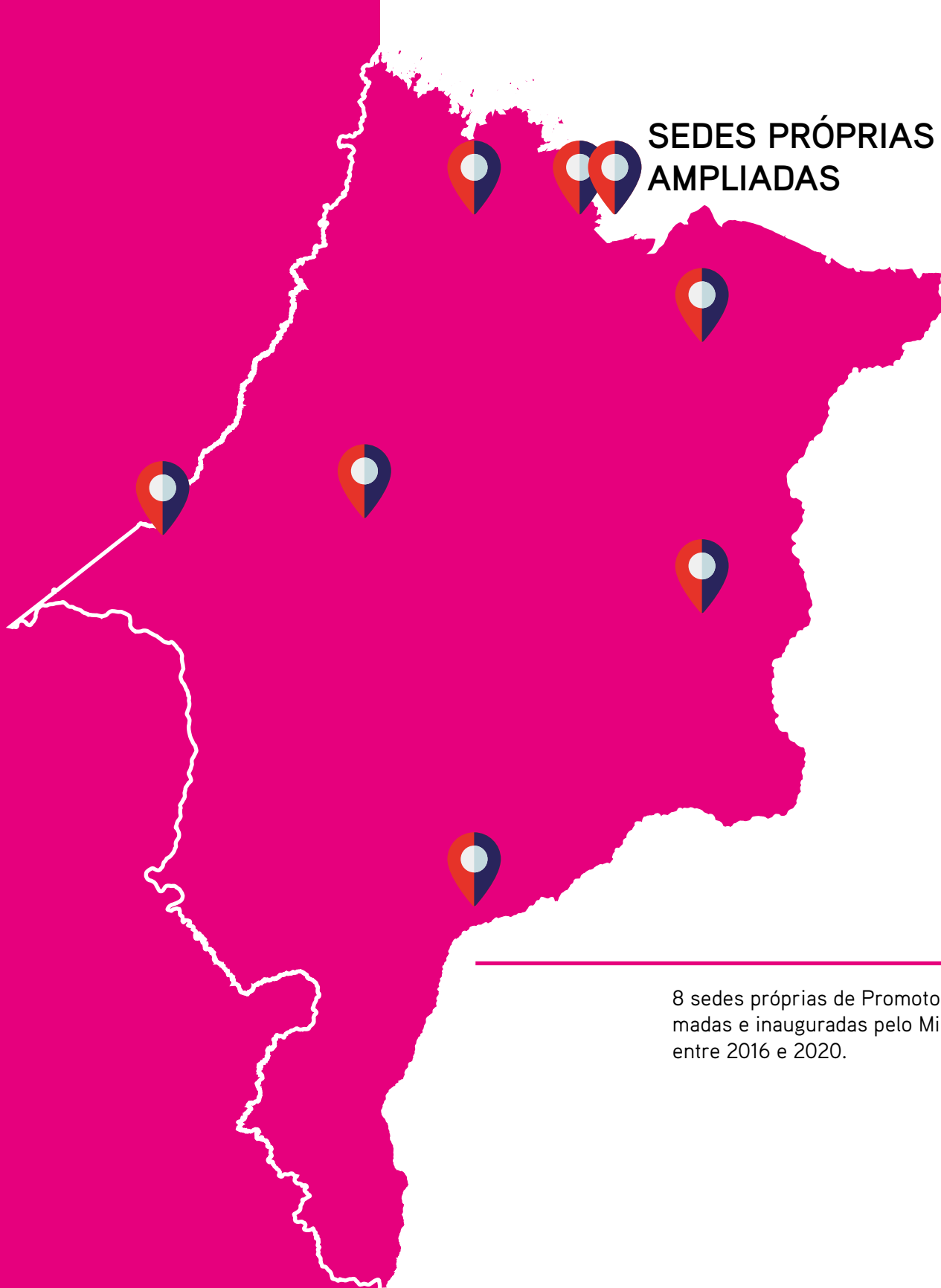


PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA LUZIA DO PARÁ



PROJETO ELETRÔNICO DA SEDE
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SANTA LUZIA DE PARÁ

SEDES PRÓPRIAS REFORMADAS E AMPLIADAS



8 sedes próprias de Promotorias de Justiça foram reformadas e inauguradas pelo Ministério Público no período entre 2016 e 2020.

LORETO	18/11/2016	R\$ 173.712,07
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	14/12/2017	R\$ 102.548,40
SÃO LUÍS (PROMOTORIAS)	15/03/2018	R\$ 7.104.107,41
BEQUIMÃO	16/05/2018	R\$ 195.224,21
URBANO SANTOS	5/06/2018	R\$ 435.195,65
SÃO BERNARDO	12/03/2019	R\$ 130.119,01
TUTÓIA	12/03/2019	R\$ 68.543,72
AÇAILÂNDIA	24/04/2019	R\$ 1.390.481,93
COMARCA	INAUGURADA	CUSTO DA OBRA



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL (15 de Março 2018)

A reinauguração do prédio das Promotorias de Justiça da Capital aconteceu no dia 15 de março de 2018. Localizado na Av. Carlos Cunha, s/n°, Calhau, o prédio tem 4.370,62m² de área construída e 3.094,58m² de área urbanizada. O custo total da obra foi de R\$ 24.968.521,89.





Estrutura Antiga



Estrutura Atual

- DISCURSO DE INAUGURAÇÃO -

SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

(15 de Março 2018)

A mais precisa origem do Ministério Público vem da França, no reinado de Felipe III (1245-1285), pela figura dos ‘procureur du roi’ (procuradores do rei). Na época, era vedado que os Procuradores do Rei patrocinassem quaisquer outros interesses que não os da coroa, devendo prestar o mesmo juramento dos juízes.

No reinado seguinte de Felipe IV, o Belo (1285-1314), foi a Ordenança de 23 de março de 1302 o primeiro diploma legal a tratar dos Procuradores do Rei. Os reis demonstravam, através de seus atos, a independência que o Ministério Público tinha em relação aos juízes, constituindo-se em verdadeira magistratura diversa da dos julgadores, encarregada exclusivamente de perseguir, de ofício, os delinquentes de delitos conhecidos.

Forçoso reconhecer, portanto, que desde a sua fundação, em 8 de setembro de 1612, sob a batuta de Daniel de La Touche, Senhor de la Ravardièr, que partiu anos antes da cidade de Cancale com a missão de implantar a França Equinocial, a cidade de São Luís do Maranhão já contava com um representante do Parquet, exercendo a sua atividade! Uma vez que o renomado oficial da marinha galesa obteve de Maria de Médicis, regente na menoridade de Luís XIII de França, a concessão para estabelecer uma colônia ao sul do Equador, 50 léguas para cada lado do forte a ser construído, sob todas as normas

então vigentes em França, e naquela data Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux, frades capuchinhos, celebraram a primeira missa, tendo os colonos iniciado a construção do “Fort Saint Louis”, localizado na atual sede do Executivo Estadual, nosso estimado Palácio dos Leões .

E é da Promotoria de São Luís que se evoca um dos mais belos momentos do Ministério Público timbira, protagonizado pelo então Promotor de Justiça Celso Tertuliano da Silva Magalhães, não sem razão o patrono da Instituição! Inocêncio nasceu escravo e assim morreu, aos oito anos de idade. Em meados de 1876 foi vendido para a família de Carlos Fernando Ribeiro, futuro Barão de Grajaú, título que lhe foi outorgado por Dom Pedro II, passando o garoto ao serviço direto de Dona Anna Rosa Vianna Ribeiro, futura Baronesa de Grajaú. No dia 14 de novembro de 1876, o pequeno Inocêncio foi levado morto para ser enterrado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Ele teria morrido no dia anterior.

O exame de corpo de delito elaborado no dia 15 de novembro daquele ano aponta que o menino apresentava várias lesões, dentre as quais na cabeça tinha contusões na região occipital direita, outra na região frontal direita na parte média, mais uma na parte frontal esquerda marchando para a região temporal, além de escoriações na orelha, feridas e equimo-

ses no lado inferior e um ferimento recente, mas cicatrizado, no pescoço. Também apresentava derramamento sanguíneo na região cerebral, uma vez procedido o exame interno.

Como apresentava pelo restante do corpo várias marcas e escoriações produzidas por cordas e outros instrumentos contundentes, o laudo apontou que a causa imediata da morte foi maus-tratos e castigo, provavelmente repetidos.

Numa atuação corajosa e reconhecida como exemplo norteador da conduta de um membro do Ministério Público, o nosso patrono Celso Magalhães levou a Baronesa de Grajaú a julgamento popular pelo tribunal do júri, requereu ainda sua prisão provisória, fazendo com que a ilustre senhora permanecesse encarcerada até o julgamento, ocorrido em fevereiro de 1877. Como era de se esperar, devido ao grande prestígio que tinha, D. Anna Rosa foi absolvida. Mais uma vez, o senso de justiça do íntegro promotor lhe fez apelar ao Tribunal da Relação, pedindo a nulidade do julgamento. Naturalmente seu recurso foi negado, mas a sua tenacidade revelou-se uma atitude pioneira e inédita, vez que, à época, ainda em plena sombra da escravatura legal, era praticamente tolerável que um senhor de escravos pudesse castigar o seu patrimônio, mesmo que isso o levasse a morte.

Para fundamentar a sua inconformidade, dizia o notável jurista: “Perante as leis do nosso processo não é o escravo pessoa miserável, e como tal, não está sob a proteção do Ministério Público?”. Deixa-va claro, desse modo, um dos precursores do abolicionismo em nosso país, o primado da dignidade humana sobre a moral vigente, apontando de forma incontestada a posição em que deveria ficar o Ministério Público: sempre ao lado dos menos favorecidos. Como antes, agora também!

Com a indicação do senhor Carlos Fernando Ribeiro ao título de nobreza de Barão de Grajaú, por parte do Imperador Dom Pedro II, o brilhante Promotor de Justiça foi exonerado do cargo – haja vista que à época os membros do Ministério Público não detinham as mesmas prerrogativas de agora, notadamente a vitaliciedade e a inamovibilidade – uma vez que o presidente interino da Província passou a ser o próprio Barão de Grajaú, e a justificativa sucinta utilizada para embasar o covarde ato de represália, foi: “a bem do serviço público”, fato que, somado à morte de seu pai, abateu psicologicamente Celso Magalhães, então com menos de 30 anos de idade.

Apesar de indicado para disputar o cargo de Deputado da Assembleia Geral do Império, pelo Partido Conservador, foi acometido de uma febre que rapidamente o levou à prematura morte, em 9 de junho de 1879. Mas o exemplo de tenacidade e resiliência no desempenho de suas funções como membro do Ministério Público persistem com clareza expultriz, indicando a direção certa para se desempenhar tão honrosa função em prol da sociedade.

E esse exemplo de força e convicção no exercício das funções ministeriais,

que nos deu Celso Magalhães, ainda no Império, teve incontáveis reflexos, forjando a alma institucional do Ministério Público Timbira, e inspirando resiliência para resistirmos até o final, mesmo que em alguns momentos possa parecer que o sucesso não chegará.

O edifício que agora inauguramos, e que muito mais que merecidamente passa a ser chamado oficialmente Edifício Promotor Celso Magalhães, o qual abriga a sede das Promotorias de Justiça da Capital, é um exemplo nítido dessa resiliência que mencionei. De uma estrutura a que se chegou à conclusão de ser inadequada por motivos estruturais, comprometendo a própria segurança, tanto que muitos passaram a referir-se de maneira pejorativa, temos hoje um edifício completamente refeito, com totais condições de segurança estrutural, dotado das mais modernas tecnologias de funcionamento, propiciando dignas condições de trabalho aos membros e servidores do Ministério Público, mas sobretudo propiciando conforto e comodidade a toda a sociedade usuária dos serviços oferecidos pela nossa instituição.

Temos, assim, o nosso colosso de vidro, concreto e aço!

Porém mais importante que os tijolos, a argamassa e o concreto utilizados nesse edifício, é a valorização e o correspondente empenho daqueles operários da cidadania, membros e servidores desta Instituição, que aqui irão desempenhar o seu trabalho, em defesa de cada cidadão ludovicense e maranhense!

A obra grandiosa envolveu diversas fases, como foi esclarecido na apresentação inicial feita pelo nosso diretor-geral, e coube a nós a honra de finalizarmos a ampla reforma desse prédio,

em nome de todos os Procuradores Gerais que nos antecederam, e mais notadamente aos ex-Procuradores Francisco das Chagas Barros de Sousa, que foi o responsável pela interdição da antiga estrutura; Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, que deu início ao processo de recuperação estrutural; e Regina Lúcia de Almeida Rocha, que deu pleno andamento às obras, iniciando a recuperação final. Temos, nesta oportunidade, a alegria de poder inaugurar as novas instalações na presença dos meus pares do Ministério Público, dos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Assembleia Legislativa e todas as demais autoridades aqui presentes, mas sobretudo a imensurável satisfação de poder entregar este notável equipamento público para o uso da comunidade jurídica e de toda a sociedade ludovicense.

Temos aqui as mais modernas tecnologias, parametrizadas àquelas utilizadas na sede da Procuradoria Geral de Justiça, localizada ao lado, formando um verdadeiro complexo, moderno e funcional, que propicia satisfatórias condições para o exercício das funções do Ministério Público Estadual, a todos os seus membros de primeiro e segundo grau e servidores, com atuação nesta Comarca, reforçando ainda mais a posição que alcançamos a nível nacional como detentores de uma das melhores estruturas no Ministério Público, em termos de sedes próprias. Por isso, o Conselho Nacional do Ministério Público nos coloca em segundo lugar nacional e primeiro lugar do Nordeste nesse quesito, em seu relatório anual “Ministério Público: um retrato”, publicado em 2017, com dados de 2016.

Certamente que de lá para cá me-

lhoramos ainda mais e nos orgulhamos do fato de, já há mais de um ano e meio, não termos nenhuma sede de Promotoria que não seja em prédios do próprio Ministério Público, quer sejam próprios – o que acontece na maioria dos casos –, alugados ou cedidos por outros órgãos.

Em muitos momentos houve quem questionasse a viabilidade de recuperar a estrutura deste prédio diante do inegável desgaste, decorrente de sua interdição, gerando desconforto a todos os que integram a Instituição. Mas as decisões tomadas pela Administração Superior do Ministério Público, nas várias fases que envolveram a reforma, neste momento podemos afirmar: foram as mais adequadas e hoje colhemos os frutos da persistência em acreditar com convicção, de que estávamos fazendo o correto e o que era melhor para a instituição.

Ressalto que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), instância máxima para decisões administrativas no âmbito do Ministério Público brasileiro, analisou todas as questões relativas à interdição e reforma deste prédio e concluiu que não houve por parte da Administração Superior desídia ou excesso de prazo na adoção das providências necessárias para a recuperação, bem como nos processos avocados para apuração das responsabilidades sobre os fatos chegou a conclusões definitivas, atribuindo a responsabilidade a quem de direito, ficando evidenciado que nenhum membro do Ministério Público do Maranhão ou servidor efetivo do órgão teve contra si imputada responsabilidade pessoal pelos problemas estruturais detectados. O relatório de todas as fases da obra e das decisões do Conselho Nacional do Ministério Público aqui mencionadas está disponibilizado no sítio institucional do Ministério Público do

Maranhão, disponível a qualquer interessado, reforçando a transparência com que a instituição sempre tratou a matéria.

Se pecamos, sobretudo pela falta de estrutura de pessoal à época da construção do prédio – mais de vinte anos atrás – que viabilizasse uma fiscalização rigorosa da obra, fato que nos levou às consequências indesejadas, aprendemos com as nossas eventuais falhas e hoje podemos nos orgulhar da qualidade inquestionável das obras que o Ministério Público entrega à sociedade, que atualmente são 16 em andamento em todo o Estado. A entrega do Edifício Celso Magalhães completamente recuperado comprova a alta capacidade do Setor de Engenharia da Procuradoria-Geral de Justiça, responsável por todos os projetos da fase final da recuperação, inclusive o arquitetônico, de beleza inquestionável, produzido pelo nosso servidor efetivo, o arquiteto Nielsen Oliveira Castro.

Temos muito a agradecer nesse momento. Já falei aqui da importância dos ex-Procuradores-Gerais de Justiça, que nos antecederam em momentos cruciais para o êxito desta reforma e novamente rendo minhas homenagens aos Doutores Francisco Barros, Fátima Travassos e Regina Rocha. Quero enaltecer o papel desempenhado pela Diretoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, função que também exerci por quatro anos, até 2016, acompanhando nesse íterim o desenrolar dos trabalhos. O processo de reforma estrutural iniciou-se em 2011, sendo então diretor o Dr. Pedro Lino Silva Curvello e atualmente o diretor-geral da PGJ, Promotor de Justiça Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares, que desde o início de 2016 assumiu o encargo e desincumbiu-se com sucesso e em termos definitivos nessa grandiosa e desafiadora tarefa.

Rendo também minhas homenagens ao diretor das Promotorias da Capital, Dr. Paulo Silvestre Avelar Silva, que proferiu as brilhantes palavras que antecederam esta fala, e cuja atuação foi decisiva para a finalização da empreitada. Assim como ele, foram relevantes os seus antecessores nesta função, entre eles mais recentemente os promotores de justiça Dr. Ednarg Fernandes Marques, Esdras Liberalino Soares Júnior e Haroldo Paiva de Brito, que são também homenageados com a inauguração da galeria de ex-diretores da PJ, em sala que homenageia a nossa querida colega Ironilde Sousa Ribeiro.

Agradeço a todos os servidores da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria-Geral de Justiça, sob a batuta do coordenador, o engenheiro Gilberto Duailibe Mouchrek, e notadamente aos que desempenharam a função de fiscais da obra, acompanhando rigorosamente a evolução dos trabalhos.

Nessa fase final, com a implantação dos serviços de rede lógica, cabeamento estruturado e demais itens de tecnologia, desempenhou relevante papel a nossa Coordenadoria de Modernização e Tecnologia de Informação, sob a chefia do servidor Alan Robert da Silva Ribeiro. Por fim, para aquisição dos bens móveis e demais equipamentos que guarnecem essa sede, a Coordenação de Administração desempenhou papel relevante, assim como a Coordenação de Serviços Gerais, nessa fase de mudança das promotorias. Não posso deixar de mencionar os setores técnicos da Procuradoria Geral de Justiça, pelo trabalho imprescindível para o sucesso que alcançamos agora, principalmente a Secretaria Administrativo-Financeira, a cargo da nossa querida Carmem Lígia;

da Assessoria Jurídica da Administração, chefiada por Lucas Duailibe, e por fim à CPL, presidida pela servidora Vicemir Fontenelle.

Registro também todo o empenho demonstrado pelas empresas contratadas, mediante licitação, em todas as fases dessa empreitada, em montantes e condições que foram mencionados na apresentação inicial realizada pelo Diretor-Geral, em especial as Construtoras Jatobeton e Domus, responsáveis pelas obras civis; a empresa Fonmart, responsável por toda a infraestrutura de dados, rede lógica, cabeamento estruturado etc; VR Refrigeração, a quem incumbiu a climatização das instalações; e, por fim, a POLC, que faz a manutenção predial das instalações do MPE nesta Capital.

Por último, mas não menos importante, e por dever de justiça, quero registrar os agradecimentos institucionais do

Ministério Público do Maranhão, ao Poder Executivo Estadual, representado por Sua Excelência o Governador Flávio Dino, que muito nos honra com sua presença neste ato, e extensivamente aos Ex-Governadores Roseana Sarney e Jackson Lago, por haverem destinado recursos necessários, dotando o orçamento do Ministério Público da capacidade financeira e orçamentária para a execução da obra, sobretudo nos últimos dois anos, que exigiram grande investimento para a finalização da reforma, com as etapas de climatização e aparelhamento tecnológico da sede, ainda mais se considerarmos a dimensão da crise econômica que atinge a nação, e conseqüentemente tem reflexos amplos no Estado.

Para finalizar, socorro-me dos versos de José Chagas, no poema “O guardião da justiça”, publicado no livro “Os azulejos do tempo – patrimônio da

humanidade”, em 1999, para destacar, ainda uma vez, o grande homenageado desta ocasião, o maranhense Celso Magalhães, patrono do Ministério Público do Maranhão, mas também aclamado intelectual e poeta da literatura brasileira!

*“As palavras de Celso Magalhães
no crime da perversa baronesa,
que tratava os escravos como cães,
mostrando-se cruel por natureza;
as palavras de Celso – guardiões
da justiça, na sua realeza –
não se perderam no ar, não eram vãs,
ecoam onde houver alma indefesa”*

Eis aí o nosso norte! O exemplo para todos nós, sucessores de Celso Magalhães, no desempenho das honrosas funções de membros do Ministério Público estadual.

Muito obrigado!



Estrutura Antiga

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LORETO (18 de Nov. 2016)

A sede da comarca de Loreto foi inaugurada em 18 de novembro de 2016. Tem área total construída de 74,57m². A obra teve custo total de R\$ 163.757,76

A Promotoria de Loreto conta com um gabinete para promotor, uma sala para servidores, três banheiros, sendo um para pessoas com necessidades especiais, uma garagem, estacionamento para o público, uma copa de apoio e recepção.



Estrutura Atual

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URBANO SANTOS (5 de junho 2018)

A inauguração da reforma da sede da Promotoria de Justiça de Urbano Santos foi realizada em 5 de junho de 2018. O prédio, que está situado na Rua Pedro Vieira Carvalho, tem área total construída de 220,40m², num terreno de

959,56m². A obra teve custo total de R\$ 435.195,65.

A Promotoria de Urbano Santos conta com dois gabinetes para promotores, uma sala de servidores, uma sala de reunião, um arquivo, um banheiro para servidores, dois banheiros acessíveis para o público, um banheiro em cada gabinete, uma copa de apoio e recepção. Tem acesso e vaga de estacionamento para pessoas com deficiência e idosos, atendendo aos protocolos de acessibilidade. Possui pavimento único, com estrutura de concreto e alvenaria e cobertura de telha cerâmica.



Estrutura Antiga



Estrutura Atual



Estrutura Antiga

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BEQUIMÃO (16 de Maio 2018)

A inauguração da reforma geral da sede da Promotoria de Justiça de Bequimão foi realizada em 16 de maio de 2018. Construído num terreno de 319,13 m², situado na Avenida Vivaldo Lemos Paixão, no centro da cidade, o terreno possui uma área edificada total de 127,93m². A obra teve custo total de R\$ 244.171,49.

O prédio foi adequado para atender aos protocolos de acessibilidade e é dotado de garagem, recepção, sala de reunião, gabinete, banheiros acessíveis, sala de apoio administrativo, arquivo e área de serviço.



Estrutura Atual



Estrutura Antiga

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA

(24 de Abril 2019)

As novas instalações da sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Açailândia foram inauguradas em 24 de abril de 2019. Localizado na Avenida José Edilson Caridade Ribeiro, s/n, Residencial Tropical, o prédio conta com 709,14 m² de área construída e o valor dos serviços totalizou R\$ 1.390.481,93.

O imóvel está localizado em uma área de 1.739,76m² e abriga nove gabinetes para promotores, cinco salas de apoio administrativo, duas de assessoria, uma sala de reunião, dez banheiros, recepção/sala de espera, protocolo e sala para equipamentos de informática, refeitório, cozinha, depósito e garagem.



Estrutura Atual



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO

(12 de Março 2019)

As novas instalações da sede da Promotoria de Justiça da Comarca de São Bernardo foram inauguradas em 12 de março de 2019. Localizado na Travessa Cleres de Andrade Costa, o prédio conta com 148m² de área construída e o valor dos serviços totalizou R\$ 134.119,01.

A nova estrutura conta, inclusive, com sistema de telecomunicações com acesso à internet e circuito de câmeras de segurança.



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TUTÓIA (12 de Março 2019)

As novas instalações da sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Tutóia, foram inauguradas em 12 de Março de 2019.

Localizado na Avenida Paulino Neves, no centro da cidade, o prédio conta com 84m² de área construída e o valor dos serviços totalizou R\$ 168.543,72.

Foram realizados serviços de manutenção predial e pequenas adequações, entre as quais construção de rampa de acessibilidade; revisão geral do telhado; substituição da porta de entrada da Promotoria; revisão geral da instalação elétrica com divisão dos circuitos e substituição do quadro e disjuntores para novo padrão; substituição da fiação e de tomadas lógicas e elétricas, entre outros.



Estrutura Antiga



Estrutura Atual



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS

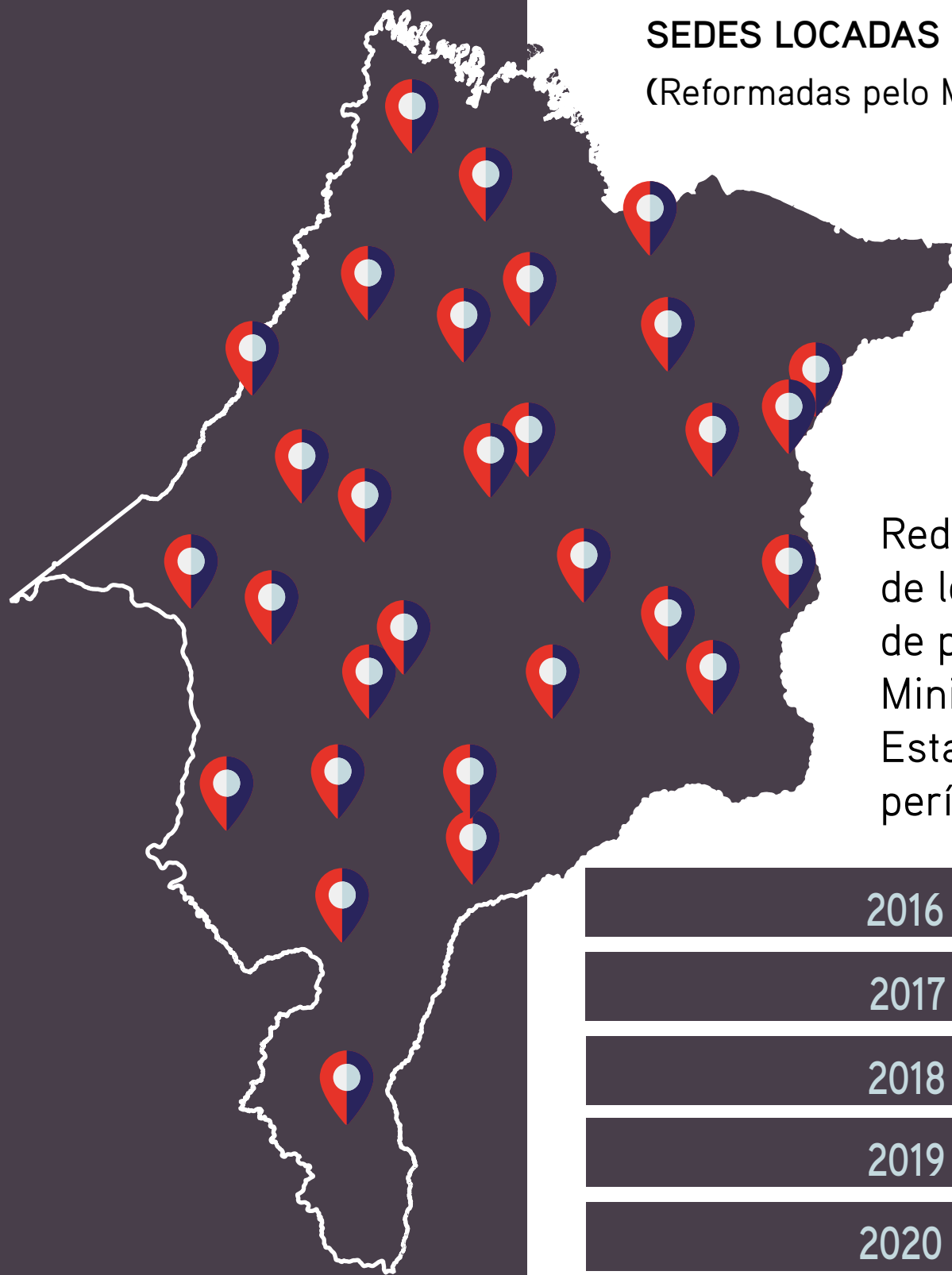
(14 de Dezembro 2017)

A sede das Promotorias de Justiça de Olho d'Água das Cunhãs foi reformada e ampliada. A solenidade foi realizada no dia 14 de dezembro de 2017.



SEDES LOCADAS

(Reformadas pelo Ministério Público)



Redução do número de locações de sedes de promotorias do Ministério Público do Estado do Maranhão no período de 2016/2020





PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
ALCÂNTARA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
ANAJATUBA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
BURITI



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
BURITI BRAVO



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
BURITICUPU



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
CÂNDIDO MENDES



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
CANTANHEDE



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
CURURUPU



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
ESPERANTINÓPOLIS



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
ESTREITO



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
ITINGA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
JOSELÂNDIA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGO DA PEDRA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONÇÃO



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTES ALTOS



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
PAULO RAMOS



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
PENALVA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
RIACHÃO



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SANTA QUITÉRIA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SANTA RITA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SANTO ANTONIO DOS LOPES



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SÃO DOMINGOS DO MARNHÃO



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
SÃO JOÃO BATISTA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

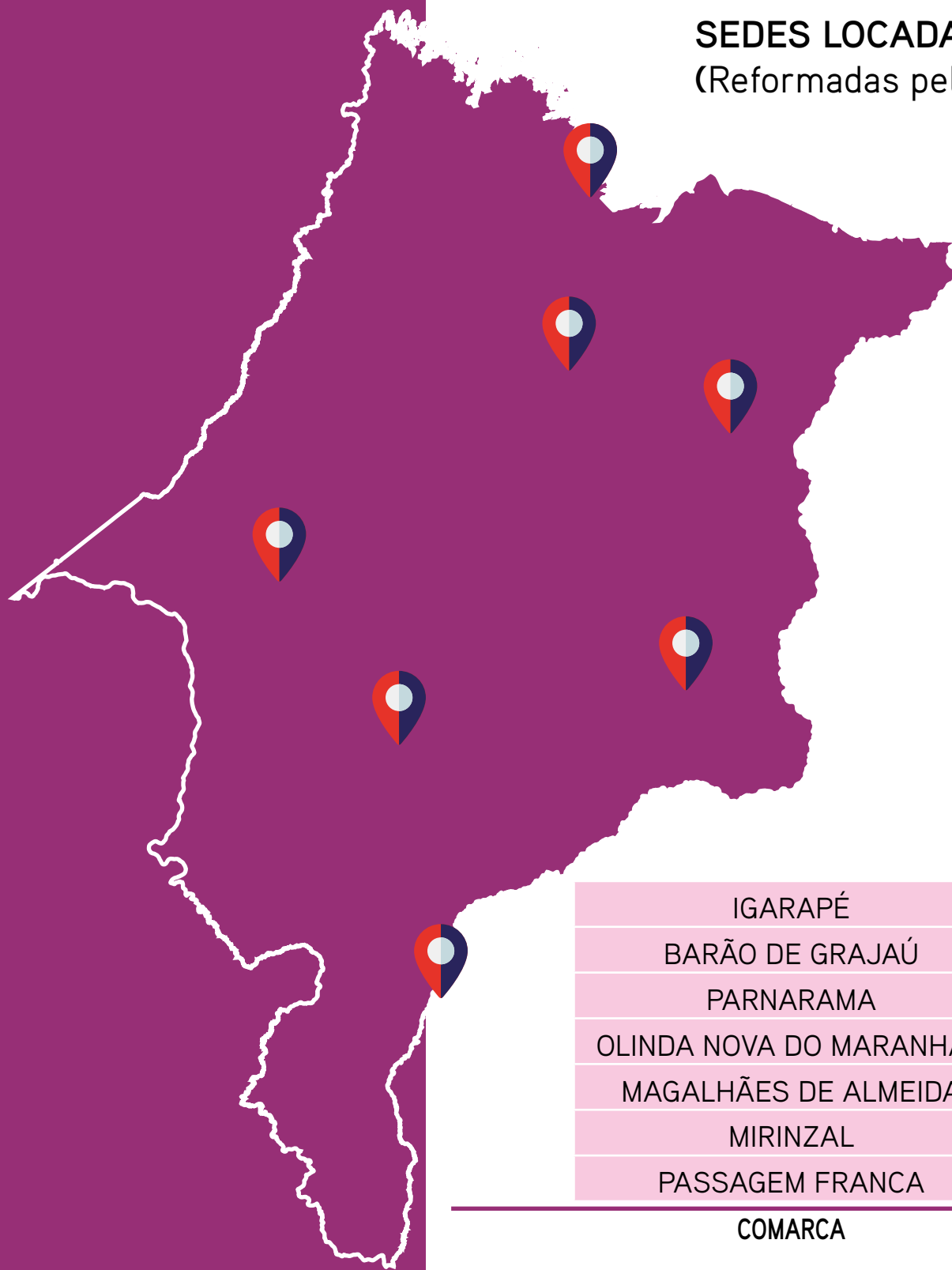


PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE FERRER



SEDES LOCADAS

(Reformadas pelo proprietário)



IGARAPÉ	03/05/2017
BARÃO DE GRAJAÚ	26/08/2019
PARNARAMA	06/12/2019
OLINDA NOVA DO MARANHÃO	03/12/2019
MAGALHÃES DE ALMEIDA	16/11/2019
MIRINZAL	05/12/2019
PASSAGEM FRANCA	27/08/2019

COMARCA

INAUGURADA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
IGARAPÉ GRANDE (3 de maio 2017)



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
BARÃO DE GRAJAÚ
(26 de agosto de 2019)



PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE **PARNARAMA** (6 de
Dezembro 2019)



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
OLINDA NOVA DO MARANHÃO
(3 de Dezembro 2019)



PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE **PASSAGEM FRANCA**
(27 de agosto 2019)



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
MAGALHÃES DE ALMEIDA
(16 de Novembro 2017)



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
MIRINZAL
(5 de Novembro 2019)

**ESTRUTURAS DA
ADMINISTRAÇÃO
DO MP**



SEDE DA PGJ (10 de Junho 2016)

Sede da Procuradoria Geral de Justiças,
inaugurada em 10 de junho de 2016
durante a gestão da Procuradora de
Justiça Regina Rocha.



Em 10 de junho de 2016, foi inaugurada a nova sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, localizada na Avenida Carlos Cunha, ao lado do prédio das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau, em São Luís.

BALANÇO DAS OBRAS

A edificação tem 13.721 metros quadrados de área construída, distribuídos em oito pavimentos, com todas as dependências adaptadas para pessoas com deficiência. O prédio possui um auditório, com 400 lugares; estacionamento, com 400 vagas; além de refeitório, cozinha industrial, sala de videoconferência e de atendimento à imprensa, entre outras instalações.

Após a etapa de construção, foram realizadas novas intervenções, mediante as respectivas licitações, para a implantação de cabeamento estruturado, climatização, elevadores, adequação de layout, entre outros.

A construção predial, a cargo da Dimensão Engenharia, teve um custo de R\$ 30.153.035,03. As demais intervenções somaram R\$ 21.358.289,16, sendo em cabeamento investidos R\$ 12.381.544 e em climatização, R\$ 6.375.082,53.

A obra teve o acompanhamento e fiscalização, em todas as etapas, da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral de Justiça.



GABINETE MÉDICO NA NOVA SEDE DA PGJ (24 de Junho 2016)

Foi inaugurado, em 24 de junho de 2016, o Gabinete Médico da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão. O espaço, de 249,72m², fica localizado no pilotis do prédio. A estrutura conta com três consultórios médicos, dois gabinetes odontológicos, uma sala de observação, sala de esterilização, sala de administração, banheiros e recepção.



ESPAÇO LABORAL NA NOVA SEDE DA PGJ

(12 de Dezembro 2017)

Em 12 de dezembro de 2017, foram inaugurados novos espaços dentro da Procuradoria Geral de Justiça, para ampliar as ações já desenvolvidas nos projetos de modernização e qualidade de vida: Sala de Gestão e Videoconferência e Espaço Laboral. As inaugurações foram prestigiadas por membros e servidores do Ministério Público do Maranhão.

O Espaço Laboral fica situado ao lado do Gabinete Médico-odontológico. Na sala, são realizadas atividades para promover a qualidade de vida no trabalho, sob a coordenação da Seção de Saúde Funcional.





CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO (15 de Março 2018)

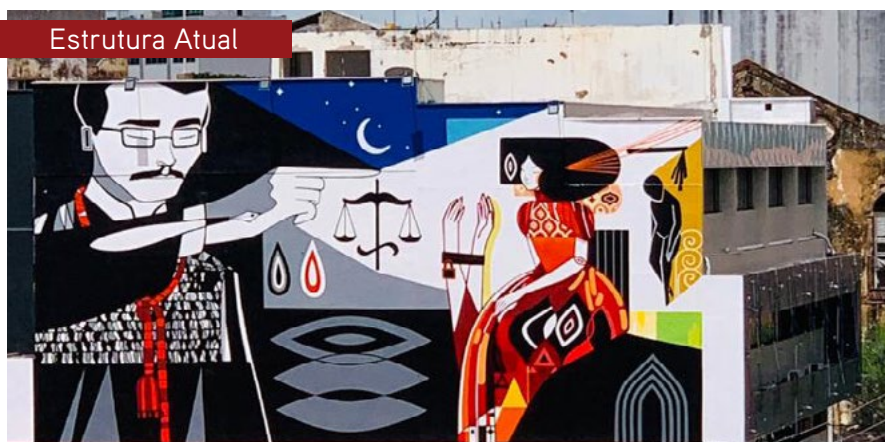
O Ministério Público do Maranhão inaugurou seu Centro Cultural e Administrativo em 14 de dezembro de 2018. Localizado na Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro de São Luís, o prédio sediou a Procuradoria Geral de Justiça no período de 1995 a 2016.

Essa unidade do MPMA, com foco na área cultural e histórica, tem a missão de dar visibilidade ao trabalho da instituição e oferecer à comunidade um espaço de estímulo às artes, projetos sociais e educacionais.

Com área total de 4.825m², o prédio abriga o Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão, o Memorial do Ministério Público, a Escola Superior do Ministério Público, 23 Promotorias de Justiça e o Espaço Multimídia. Também há espaços para instituições parceiras, a exemplo do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).



Estrutura Antiga



Estrutura Atual



MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

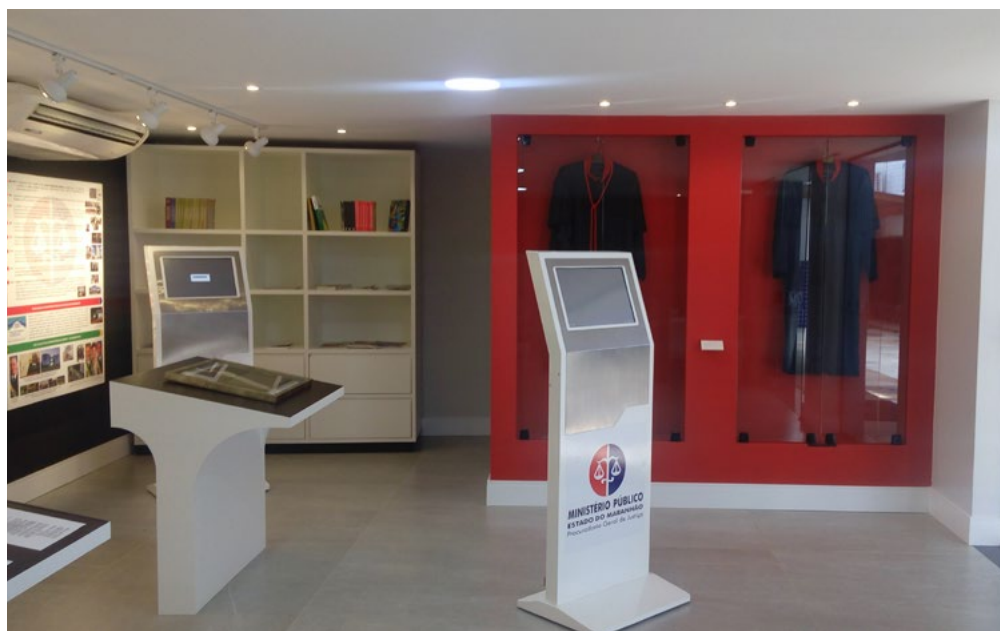
(15 de Março 2018)

Estrutura Antiga



Estrutura Atual





- DISCURSO DE INAUGURAÇÃO - CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MPMA (14 de Dezembro 2018)

Eduardo Galeano diz em um de seus escritos¹:

*“De tempo somos.
Somos seus pés e suas bocas.
Os pés do tempo caminham em nossos pés.
Cedo ou tarde, já sabemos, os ventos do tempo apagarão as pegadas.
Travessia do nada, passos de ninguém? As bocas do tempo contam a viagem”*

O tempo nos trouxe aqui. Do tempo devemos trazer o registro, para que suas experiências não sejam sublimadas por seus ventos. A viagem só importa pelo que experimentamos e essas experiências que nos formam, nos fazem mais fortes, nos trazem a certeza de que, se com elas não aprendermos, as bocas do tempo se calarão.

Neste dia nacional do Ministério Público, o tempo nos traz de volta a um de nossos recomeços. O endereço da Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro, já foi a sede administrativa do Ministério Público. Hoje, a reinauguramos como o primeiro Centro Cultural do Ministério Público maranhense, quiçá brasileiro, porque, como disse nosso Ferreira Gullar, &ld quo; a arte existe, porque a vida não basta”.

Acabamos de encerrar nosso Congresso Estadual, alusivo aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o primeiro marco internacional que, ao influenciar todas as Constituições modernas, estabeleceu que todos, sem qualquer exceção, temos todos os direitos,

em qualquer lugar e a qualquer tempo. A Declaração dos Direitos Humanos é a declaração de nossa humanidade, a declaração do que nos distingue enquanto espécie neste mundo.

E a dimensão humana é a dimensão da arte, da criatividade, da capacidade de abstração e da transformação. O cidadão, a mais alta autoridade da República, segundo a ministra Cármen Lúcia, do STF, somente exerce sua cidadania se tiver a plenitude de seus direitos, o que inclui seus direitos culturais.

E o cidadão maranhense, na capital Patrimônio da Humanidade, deve exercer esses direitos como uma forma de devolver à nossa São Luís a pujança e o vigor da força cultural de seu Centro Histórico. Nosso Centro Cultural, no prédio Aurora Correia Lima, senhor prefeito, é, portanto, também um presente do Ministério Público para nossa cidade, para a revitalização constante do local por onde desfilou a carruagem de Ana Jansen, de onde ainda reverberam ecos dos pregões dos vendedores de DERRESOL e por onde pal-

milharam os chamatós dos brincantes do bumba-meu-boi.

Nosso Centro Cultural tem essas pretensões: ser local de serviço para a comunidade maranhense, tanto em nossa atividade-fim – a promoção da ordem jurídica democrática – como no uso da arte para, a um só tempo, enlevar nossa humanidade e utilizar produtos e atividades culturais para, de forma sempre transparente, prestar contas à sociedade sobre nossas atividades institucionais, propiciando ao cidadão o controle social sobre nossos projetos e programas, previstos em nosso Planejamento Estratégico, por meio de exposições, rodas de conversa, apresentações artísticas, debates e outras formas de manifestação cultural

Já nesta segunda-feira, dia 17, teremos ampla programação, envolvendo as comunidades circunvizinhas, para que o Centro Cultural possa ser essa referência de relacionamento com a sociedade que buscamos humanizar ainda mais.

¹ GALEANO, Eduardo H. Bocas do Tempo. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre, L&PM, 2015. p7.

E fazemos esta entrega no dia de hoje por sua importância institucional e para nossa sociedade. Além dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comemoramos em 2018 os 30 anos de nossa Constituição Cidadã que, como afirmou a Secretária Nacional de Direitos Humanos do CNMP, a Procuradora de Justiça Ivana Farina, criou o Ministério Público Cidadão que temos e que devemos preservar.

O dia 14 de dezembro é o Dia Nacional do Ministério Público em alusão à data da sanção da Lei Complementar nº 40, de 1981, responsável por definir as regras gerais do Ministério Público, organizando-o em carreira e reconhecendo sua autonomia administrativa e financeira, bem como dotação orçamentária própria.

Esse marco legal traduz a reflexão da primeira Procuradora-Geral de Justiça do país nomeada segundo o rito da Constituição de 1988, nossa querida Dra. Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, que em lapidar frase nossa história resumiu nestas palavras²:

“Nem sempre foi assim. Custou a ser assim. Para chegar-se ao dia de hoje, longo foi o caminho, áspera a jornada, ingentes os sacrifícios. ... E ainda há muito a palmilhar, muito a aprender, muito a corrigir... Mal se esboçam os contornos de uma doutrina própria do Ministério Público pós-88. Sequer se consolidou na consciência nacional o que representa esta instituição para a defesa dos direitos dos cidadãos.”

Ouvi estas palavras no primeiro Dia Nacional do Ministério Público, em 1993, após meu concurso de aprovação. Não as esqueço, pois sei da importância histórica de seu conteúdo. Estamos hoje aqui pelo trabalho dos homens e mulheres que nos antecederam.

Foi Celso Magalhães, nosso patrono, que se expôs ao promover a acusação contra a baronesa de Grajaú, pela tortura e morte do escravizado menino Inocêncio. É novamente ele que se põe à exposição, no mural que garante a lateral externa de nosso Centro Cultural, para lembrar, a nós e a toda a sociedade, que o Ministério Público Cidadão somente cumpre sua missão de velar pela ordem democrática se formos, cada um de nós, promotores de direitos humanos.

É da lembrança desses que nos antecederam, como a servidora Rosa Coutinho, ou os Procuradores de Justiça Suvamy Vivekananda Meireles, Ilzé Vieira de Melo Cordeiro, Antonio Carlos Pereira Lobato, José Bento Nogueira Neves e da Promotora de Justiça Aurora Correia Lima, que nomeiam algumas das instalações deste nosso novo espaço institucional, que fazemos com que os ventos do tempo não apaguem nossas marcas e sim nos façam planar acima delas, para vê-las por inteiro, registrando-as em honra de seu valor histórico e da importância das conquistas alcançadas para a sociedade maranhense.

Por essa razão temos aqui nosso Memorial, cujo acervo revela grande parte da história maranhense que contou com a

participação do Ministério Público e que, ao lado de tantas outras atividades de nosso programa de Memória Institucional, contribui significativamente como fonte de pesquisa historiográfica e de informação turística à disposição de todos e de todas. Agradeço a toda a Comissão Gestora, na pessoa de seu presidente, o Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, pelo trabalho incessante visando promovermos essa reinauguração de suas instalações, não podendo deixar de destacar o trabalho de pesquisa efetuado pelos colegas Promotores, em especial os amigos Washington Cantanhede e Ana Luísa Ferro, em nome de quem agradeço a todos os demais membros que colaboraram com doações de seu tempo ou de peças, como nosso Corregedor, o Dr. Eduardo Nicolau e a Dra. Elimar.

Este Centro também abriga a Escola Superior do Ministério Público, os Centros de Apoio Operacional, algumas Promotorias de Justiça Especializadas e as Promotorias de Justiça de Substituição Plena e o Espaço Multimídia. Reunimos aqui, então, o atendimento ao cidadão, inclusive com a alocação das instalações de unidade do VIVA CIDADÃO e do PROCON, além do escritório local do UNICEF, da formação e capacitação institucionais e o registro da trajetória do MP timbira, a eternizar conquistas e lutas de todas e todos os operários da cidadania em nome da cidadania maranhense.

Agradeço ao hercúleo esforço de todos os setores da Procuradoria Geral de Justiça, da engenharia, aos serviços gerais, da comunicação ao cerimonial, da

² Elimar Figueiredo de Almeida Silva. Discurso da Procuradora-Geral de Justiça na sessão solene em comemoração ao Dia Nacional do Ministério Público. Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão -Juris Itinera, São Luís, v. 2, n. 2, p. 425, jan./dez. 1994.

CAD à CAEI e aos transportes, enfim, a todos e todas que se dedicaram incessantemente para chegarmos ao dia de hoje e o faço na pessoa de nosso Diretor Geral, o Promotor de Justiça Emmanoel Peres Neto. Minha gratidão, anda, aos órgãos co-

legiados de nossa instituição, que vêm colaborando imensamente com a condução ágil e democrática de nossa gestão.

Homenageio, enfim, todos os companheiros de viagem, nessas trilhas

em que batalhamos pela cidadania, pela Justiça e pela Democracia. E faço essa homenagem, encerrando esta fala, pela voz do escritor Saramago³:

“A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa [...] O fim de uma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já [...]. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir. E para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. [...]”

Centro Cultural do MPMA,
em São Luís, 14 de dezembro de 2018

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

³ José Saramago (1990), em Viagem a Portugal, segundo o link <https://www.mpma.mp.br/memorial/>, hoje acessado.

O MP DO FUTURO



PROJETO DO ANEXO DA SEDE DAS PROMOTORIAS DA CAPITAL

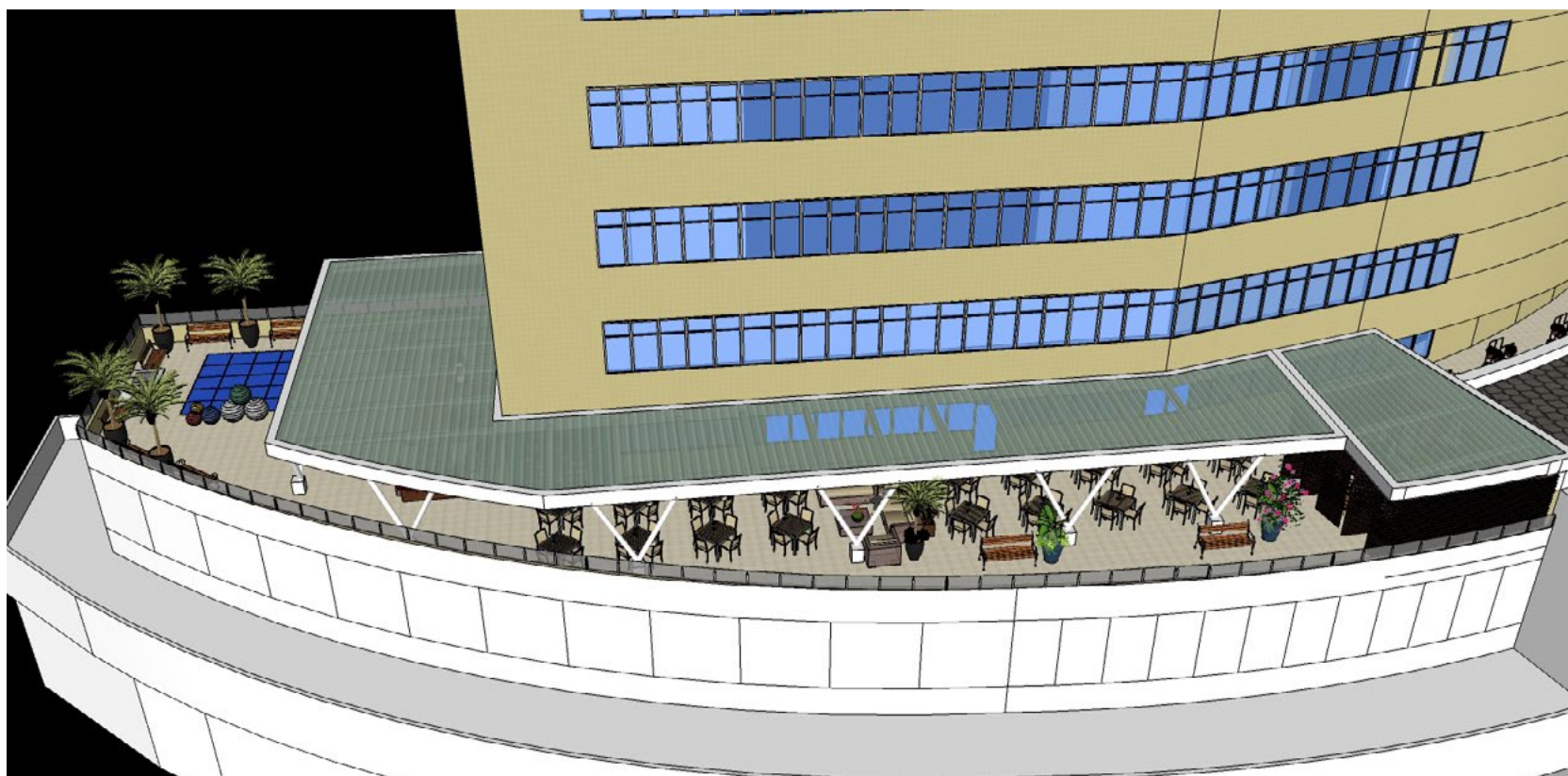
O prédio com área de 30.000m², foi projetado com 17 pavimentos, sendo 6 destinados a estacionamento privativo.

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA (Projeto)



ESPAÇO ECUMÊNICO
(Projeto)

Espaço Ser







12 SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA PRÓPRIAS **CONSTRUÍDAS** ENTRE 2016 E 2020

14 SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA PRÓPRIAS COM **CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO**

8 SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA PRÓPRIAS **REFORMADAS E AMPLIADAS** ENTRE 2016 E 2020

28 SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA LOCADAS (**REFORMADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO**) ENTRE 2016 E 2020

7 SEDES DE PROMOTORIAS JUSTIÇA LOCADAS (**REFORMADAS PELO PROPRIETÁRIO**) ENTRE 2016 E 2020



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça